

DRAFT

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA INICIADA EM DEZASSEIS DE SETEMBRO, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE** -----

----- **ATA NÚMERO QUARENTA E DOIS** -----

----- Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e catorze, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão ordinária, segunda reunião, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, António Manuel de Freitas Arruda, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Amaral Robles, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da

DRAFT

Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Isabel Cristina Rua Pires, Nelson Pinto Antunes, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Rui Manuel Moreira Vidal Simões, António José do Amaral Ferreira de Lemos, João Diogo Santos Moura, Luís Graça Gonçalves, Cândida Cavaleiro Madeira, Jaime Correia da Silva Matos, Ana Luísa Flores de Moura e Regedor, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, João Ricardo Vasconcelos, Maria Margarida Matos Mota, Anabela Pereira Martins da Silva, Igor Boal Roçadas e Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *à contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Mota. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Anabela Pereira Martins da Silva. -----

----- Sandra Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----

----- Davide Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida de Moraes. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jaime Correia da Silva Matos. -----

----- Ricardo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Margarida Maria da Silva de Almeida Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituída pela Deputado Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves. -----

----- Tiago Albuquerque Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes. -----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Ricardo Vasconcelos. -----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Manuel Vidal Simões. -----

DRAFT

----- Miguel da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Regedor.-----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura.-----

----- Maria Luísa Aldim (CDS-PP), pelo período de 2 a 27 de Junho, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Paula Marques, Graça Fonseca, Jorge Máximo, Carlos Castro, Catarina Vaz Pinto e Duarte Cordeiro.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Pedro Gonçalves Pereira, Alexandra Barreiras Duarte, João Bernardino e Paulo Quaresma.-----

----- Às quinze horas e dezasseis minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- Seguidamente, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Hoje é uma continuação da Reunião Ordinária que começámos a semana passada.-----

----- O nosso Regimento prevê que em todas as continuações de sessões ordinárias temos um PAOD, e portanto, foi previsto esse período de PAOD. E há alguns documentos apresentados que passarei a referir.-----

----- Antes de começarmos as ouvir as intervenções dos Senhores Deputados, e colocar à votação os documentos que estão para ser votados, dar conhecimento do seguinte: temos um expediente entrado na semana passada que eu só agora, neste preciso momento, é que acabei de ver, só agora é que veio parar à minha mão, e são três matérias enviadas por *email* da Assembleia Distrital, uma tem a ver com o que foi deliberado na Assembleia Distrital do dia doze, a proposta em concreto que foi deliberada na Assembleia Distrital, portanto, isso os Senhores Deputados já tinham conhecimento porque foi discutida aqui, esta matéria, na semana passada. Depois, um segundo *email* que tem a transcrição completa desta parte da sessão, com uma data de correções da Assembleia Distrital, o que não me parece muito correto a Assembleia Distrital estar a fazer correções àquilo que é dito nesta sala pelos Senhores Deputados, e por mim própria, mas enfim, tomaram esta iniciativa e será enviada cópia para todos os partidos e registamos, nada mais. Mas creio que não compete à Assembleia Distrital fiscalizar os atos e as intervenções da Assembleia Municipal. Quanto ao terceiro *mail*, é um pedido para corrigir uma notícia no *site*, e iremos ver o que é que é a correção e faremos a correção, se for caso disso, sem qualquer problema.-----

----- Dizer aos Senhores Deputados que temos um pedido de suspensão do Senhor Deputado Municipal Telmo Correia, por motivos de atividade parlamentar da Assembleia da Republica, e pede a suspensão entre vinte e quatro de setembro e trinta e um de outubro, pelo que, nos termos da Lei, isto tem de ser apreciado pelo Plenário, e é o primeiro ponto da nossa Ordem de Trabalhos porque temos de dar continuidade a este pedido.-----

----- Peço a vossa atenção, a Mesa está a pôr à vossa consideração o pedido de suspensão do Senhor Deputado Municipal Telmo Correia devido a funções

DRAFT

decorrentes da atividade parlamentar na Assembleia da Republica, entre vinte e quatro de setembro e trinta e um de outubro, e isto tem de ser apreciado pelo Plenário, na reunião imediata á sua apresentação. -----

----- Ninguém de opõe. Isto é só para dar conhecimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu julgo que já não é a primeira situação que nos é colocada. Eu julgo que nós não devemos deliberar sobre pedidos de suspensão de mandato. Devemos, apenas, tomar conhecimento e, simplesmente, aceitar esses pedidos.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Tem toda a razão. O que aconteceu em casos anteriores, foi interpretada o que diz a lei, que o pedido deve ser apreciado pelo Plenário como que carecendo de uma deliberação. -----

----- Mas depois, foi-me chamado a atenção pela jurista que não carecer de deliberação nenhuma e, portanto, é apenas dar-vos conhecimento e ficar registada esta situação.” -----

----- Já não tenho mais expediente para dar-vos conhecimento. -----

----- Sendo uma sessão de continuação de uma sessão ordinária, não há intervenção do público. -----

----- Temos uma ata para aprovar, a **Ata nº 21**, de oito de abril. Pergunto se alguém quer intervir sobre esta ata? Não vejo intervenções, vou pôr à votação a **Ata nº 21**, de oito de abril. Votos contra? Não há votos contra. Votos de abstenção? Não há votos de abstenção. **A Ata nº 21 está aprovada por unanimidade.** -----

----- Senhores Deputados, entramos então agora nas intervenções do período de Antes da Ordem do Dia, dos Senhores Deputados Municipais, por isso peço que façam as vossas inscrições. -----

----- Informo que temos três moções e três recomendações, que foram distribuídas, duas moções do PCP, uma moção do BE, e três recomendações, uma do MPT e duas do PEV.” -----

----- (Seguiu-se um período para discussão dos seguintes documentos apresentados): --

----- **Moção nº 1/42, “Privatização da EGF: Um atentado ao interesse público”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, (anexada à presente ata como anexo I, e dela faz parte integrante); -----

----- **Moção nº 2/42, “Contra a Proposta da Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde – Um novo passo na injustiça fiscal”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, (anexada à presente ata como anexo II, e dela faz parte integrante);

----- **Moção nº 3/42, “Sobre a Privatização e Concessão da Gestão da Recolha e Tratamento de Resíduos”**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, (anexada à presente ata como anexo III, e dela faz parte integrante); -----

----- **Recomendação nº 1/42, “Pela Salvaguarda e Reestruturação do parque Recreativo do Alvito”**, subscrita pelo Grupo Municipal do MPT, (anexada à presente ata como anexo IV, e dela faz parte integrante); -----

DRAFT

----- **Recomendação nº 2/42, “Salário Mínimo Nacional”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, (anexada à presente ata como anexo V, e dela faz parte integrante);

----- **Recomendação nº 3/42, “Educação para a Sustentabilidade e Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, (anexada à presente ata como anexo VI, e dela faz parte integrante); -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de iniciar a apresentação da recomendação, gostaria de proferir algumas palavras sobre o tema que ontem foi assinalado, “Dia Europeu Sem Carros”. -----

----- Em Lisboa, um pouco por toda a cidade, foram desenvolvidas, durante a semana, várias iniciativas aludindo à necessidade de diminuir a entrada de carros na cidade. ----

----- Porém, as políticas que temos vindo a assistir convidam precisamente, o contrário. São notícias e confirmações as construções de mais parques de estacionamento, no centro, no passado mês de abril, foi viabilizada por esta Assembleia a construção de um novo parque. Desta feita, no Campo das Cebolas, e como seria de esperar, o Partido da Terra votou contra. -----

----- Um mês mais tarde, realizava-se perfurações no Jardim do Príncipe Real. Todavia, quando confrontados com este facto, a Vereação dos Espaços Verdes e a Junta de Freguesia garantiram desconhecer o que ali se passava. Estas perfurações vieram aumentar as preocupações dos moradores sobre um processo que já se arrasta há vários anos, ou seja, a pretensão da empresa “EmpraParques”, construir um parque de estacionamento no local. -----

----- O Partido da Terra efetuou um requerimento no passado mês de julho com o objetivo de tentar esclarecer a situação, se a Câmara Municipal vai, ou não, viabilizar a construção deste novo parque. Mas, até à data, não obtivemos qualquer resposta. -----

----- Para além das questões patrimoniais ligadas ao Aqueduto das Águas Livres, estamos a contribuir para incentivar o transporte individual, e a condenar os moradores para mais uns anos de calvário de obras. -----

----- Uma coisa é certa; se o processo passar por esta casa terá o voto contra do Partido da Terra. -----

----- Sobre os transportes públicos, os indicadores também não são os melhores, mas também não se poderia esperar melhor face às medidas implementadas. A redução de ofertas e aumentos de preços, traduziu-se na diminuição de passageiros do Metro e da CARRIS. Pode-se tentar esconder o sol com a peneira, justificando a quebra de passageiros com a crise, mas o que realmente assistimos é que a atual oferta de transportes não satisfaz as nossas populações. O futuro do setor na Cidade de Lisboa está em processo de negociação, vindo apenas à praça pública alguns boatos. -----

----- O Partido da Terra anseia o resultado das negociações que significa uma mudança real de paradigma, e que o transporte público se possa constituir como alternativa real aos transportes privados. -----

----- Até lá, vamos assinalando uma vez por ano aquilo que não defendemos nos restantes dias. -----

DRAFT

----- Relativamente à recomendação que o Partido da Terra apresenta, diz respeito a um equipamento emblemático da Cidade de Lisboa, o Parque do Alvito, que é visitado diariamente por dezenas de crianças das mais variadas idades, destino de fim de semana para muitas famílias, local de visita para muitas escolas, palco de muitos aniversários e piqueniques, local de saudosas memórias de muitos lisboetas. Porém, expomos algumas propostas que podem melhorar a qualidade do espaço e contribuir para que o Parque do Alvito continue a ser um espaço de referência na cidade. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Numa altura em que se discute sobre o salário mínimo nacional, importa referir que os trabalhadores e os parceiros sociais chegaram ao ponto de se verem obrigados a exortar o Governo a cumprir com os seus compromissos assumidos em sede de concertação social. -----

----- Sucede que antes, o atual Governo, PSD/CDS-PP, usou e abusou do pretexto da presença da Troika para se furtar a esse compromisso. E agora já não pode evocar esse obstáculo porque a Troika já abandonou o país. -----

----- Os parceiros sociais aguardam assim, que seja desta vez que o executivo e a maioria parlamentar aceitem a reposição desta justa reivindicação. -----

----- Não é necessário grande esforço e grandes contas para se concluir que quatrocentos e oitenta e cinco euros ilíquidos, ou seja, quatrocentos e trinta euros líquidos, para um salário mínimo é um valor baixíssimo. Para “os Verdes” tal valor é ofensivo sobretudo se tivermos em conta os sucessivos cortes nos apoios sociais, a carga fiscal a atingir principalmente, as famílias com rendimentos mais baixos, o aumento do IVA e do IRS, mas também o agravamento do custo de vida com o aumento dos bens alimentares, dos transportes, da eletricidade, da água, do gás e por aí fora. -----

----- A situação é de facto, muito complicada, é desesperante para a generalidade das famílias e é, ainda mais, para as pessoas que têm rendimentos mais baixos em que se incluem os mais de quinhentos mil trabalhadores que apenas recebem por mês o salário mínimo nacional. -----

----- Assim, com a aprovação da Recomendação sobre o “Salário Mínimo Nacional”, “os verdes” consideram ser de inteira justiça que o Governo cumpra os compromissos assumidos no âmbito da concertação social e proceda, de imediato, ao aumento do salário mínimo nacional de pois de ouvidos os parceiros sociais. -----

----- Por seu lado, a Recomendação sobre a “Educação para a Sustentabilidade”, remete-nos para um dos grandes desafios que se coloca atualmente, que é a preservação do ambiente e a necessidade cada vez mais premente de salvaguardar a equidade entre gerações, assente num modelo de desenvolvimento sustentável. -----

----- Neste sentido, a educação constitui um fator determinante para impulsionar comportamentos promotores de bons resultados ambientais e reivindicativos de políticas de ambiente adequadas à resolução de problemas com que nos deparamos, tendo em conta que a década das Nações Unidas da Educação para o

DRAFT

Desenvolvimento Sustentável 2005-2014, está a terminar, é importante que todos nós participemos de forma ativa na educação para a sustentabilidade, tendo presente a vertente económica, social e ambiental. -----

----- Será lamentável se chegarmos ao final desta década sem se dar passos para a concretização de uma agenda de um programa com vista à sua implementação. Razão pela qual, propomos que a Câmara Municipal exorte o Governo a definir a elaboração do Programa Nacional da Educação para a Sustentabilidade, e de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável para o horizonte de 2020. -----

----- Dizer, ainda, que votaremos a favor dos documentos apresentados pelas outras forças políticas, destacando a moção apresentada pelo PCP sobre a Reforma da Fiscalidade Verde. Apoiamos esta moção porque recusamos qualquer tentativa de mercantilização do ambiente, rejeitamos políticas que promovam desigualdades sociais, a degradação ambiental e cujas medidas representem um agravamento da carga fiscal para as pessoas. -----

----- Esta reforma que viu rejeitadas várias propostas de “os Verdes” na Assembleia da Republica, aposta essencialmente na penalização e não na educação e sensibilização, o que é inaceitável. O ambiente não pode ser o parente pobre do Governo que apenas se lembra dele quando há uma oportunidade de fazer dinheiro. ----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos da Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PCP não poderia deixar de manifestar a sua preocupação sobre a impreparação do município para os acontecimentos naturais climáticos, ou outros. ---

----- Avisamos, em devido tempo, que sem a prevenção, sem a manutenção adequada, muito incidentes e acidentes, iriam acontecer. Bastou uma bela chuvada para colocar em causa o sistema e a organização dos serviços municipais e a sua cooperação, ou interação, com os serviços, agora transferidos, para as freguesias. -----

----- É verdade, que não é só o caso destas chuvadas, mas outras situações em que mostra que a manutenção e a falta de continuidade dos serviços prestados, tudo leva a prever que o futuro seja mais gravoso. -----

----- Verifica-se que os pisos, e algumas ruas, a maior parte não foi devidamente reparada em tempo de verão, não foi prevenido o que vai acontecer. Esta chuvada e as próximas, que fazem parte de um inverno previsto, vão desencadear o aparecimento de uma epidemia de buracos e outros estragos, nos pisos da cidade. -----

----- Virão, nessa altura, os avisos a terceiros, em que afirmam que não avisaram que chovia. Nesta matéria, como noutras, em relação á manutenção do espaço público, verificamos que a Câmara Municipal de Lisboa perdeu a dinâmica. Já vinha de trás. ---

----- Lembrar aqui, que quase passou despercebido, a avaliação ao relatório da Comissão de Boas Práticas. Aí se verifica que a dinâmica municipal está claramente em perda, já vinha do passado, e que agora, ou por razões diversas, ou de desatenção, ou desorganização, ou então à maior mudança administrativa jamais vista no concelho, veio determinar que estamos pior preparados, que as condições para enfrentar o próximo inverno, do nosso descontentamento, será que a Cidade de Lisboa

DRAFT

irá estar em rutura diversas. Teremos todas as explicações, todas as razões, mas em preparação para essa razão, não há explicação. -----

----- Esperemos que apesar dos múltiplos avisos que clarifiquem, e não venha dizer depois o Senhor Vereador, de quem são os sumidoiros a quem pertencem a sua manutenção e limpeza. E não se atribua à chuva aquilo que nós descuidamos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O BE apresenta uma moção hoje, que se relaciona com a privatização da EGF. --

----- Soubemos na semana que terminou, que o Conselho de Ministros aprovou o vencedor do concurso da privatização de 95% da EGF, e que esse vencedor foi o consórcio SOMA, liderado pela Empresa Mota Engil. -----

----- Sabemos que a EGF é responsável por um serviço público essencial, recolher os resíduos sólidos urbanos numa cidade, é hoje tão importante como abastecer as casas de água potável. -----

----- Sabemos que a EGF participa em numerosas empresas e sistemas multimunicipais como a Resiestrela, a Sul, a Valorsul, a Algar, a Valornor, a Esul, a Valorminho, a Resulima, Resinorte, Valorlis e Amarsul. Cobre nestas empresas e sistemas multimunicipais cerca de cento e setenta e quatro municípios, 6,4 milhões de habitantes em Portugal Continental são servidos por esta empresa, 63% da população.-

----- A EGF participa nestas onze empresas e tem no total dois mil trabalhadores.-----

----- Sabemos também que a EGF, e este é um dado importante para este processo, é uma empresa pública lucrativa. Os seus lucros aumentaram e acumularam nos últimos três anos, sessenta e dois milhões de euros, e movimentam anualmente cerca de cento e setenta milhões de euros. Tem num património avaliado em quase mil milhões. Nos últimos anos tem investido sistematicamente, em 2012, os últimos dados que dispomos, investiu quarenta e cinco milhões de euros. -----

----- A privatização é por isso, e é esse o sentido desta moção, um erro económico colossal. É um erro que prejudica o interesse público e prejudica a economia do país e as populações. -----

----- São várias as experiências que conhecemos de entrega a privados deste serviço essencial, e sabemos também que vários deles falharam. Existem vários exemplos na Europa, conhecemos o mais famoso e o mais mediático, o de sul de Itália onde o negócio e as máfias se envolveram pelo negócio dos resíduos sólidos urbanos. -----

----- Vários estudos têm, também, demonstrado a insistência de vantagens de entrega a privados deste que deve ser um serviço público universal. Alguns apontam, até para a tendência de inversão no processo que agora se decide em Portugal, esses exemplos apontam para a remunicipalização desses serviços. São casos disso cidades francesas e alemãs.-----

----- A privatização é algo que vai apontar na tendência monopolista e, naturalmente, a tendência do aumento das tarifas, a deterioração do serviço e da qualidade será um fator mais do que adquirido.-----

DRAFT

----- Soubemos, também, curiosamente, na mesma semana que a Mota Engil venceu um concurso em Gaia de privatização, ou gestão, de resíduos sólidos urbanos daquele concelho. Soubemos que o Tribunal de Contas transmitiu ao Ministério Público informações relevantes de suspeitas de ilegalidades nesse processo. Este negócio envolveu cento e oitenta milhões de euros, estima-se cerca de 30% a 40% acima dos preços praticados noutras autarquias e que houve uma prorrogação de prazo por cinco anos nos últimos meses de mandato do então Presidente da Câmara Municipal de Gaia. -----

----- Olhamos para o país e vemos os efeitos desta maioria, a maioria PSD/CDS-PP deixou uma marca indelével na gestão do país. Todos os serviços públicos são vistos não como um pilar essencial da democracia, mas sim como ativos que podem ser transacionados, ou negociados. Este caso da EGF é mais um bom exemplo disso. -----

----- Quando Passos Coelho, em março de 2011, dizia para a comunicação social que “não iria ao pote”, foi precisamente isso que fez. Foi sempre e continua a ir ao pote. Foi assim com a ANA, com os CTT, com a EDP, com a REN, com a Caixa Geral de Depósitos, Seguros, com a TAP, em breve, fê-lo a vender o BPN por quarenta milhões de euros, veremos o que fará com o BES. Portanto, se há algo que fica deste mandato e desta legislatura, deste Governo de maioria PSD/CDS-PP, é uma sistemática ida ao pote que só prejudica a democracia em Portugal. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido Socialista, relativamente aos documentos apresentados, gostaria de referir que, relativamente à moção número um, a privatização da EGF, nós ficámos com a sensação de que o PCP tenta, sistematicamente, encontrar temas em que o Partido Socialista concorda ideologicamente, temas com os quais nos identificamos, mas depois tenta, naturalmente, encontrar uma forma de os expor através de considerandos que levam a que o PS seja forçado a votar contra. O texto nos considerandos das moções e das recomendações apresentadas pelo PCP é de tal forma violento que só nos pode levar a um considerando ainda, mais violento. Mas pasme-se, depois, V. Exas, apresentam considerandos que afinal não são mais do que suaves.-----

----- Quanto à moção número um do PCP, e à privatização da EGF, como tem vindo a ser definido nesta Câmara, o Partido Socialista votará a favor do ponto número um. ---

----- No entanto, gostaria que houvesse aqui um pequeno esclarecimento de V. Exas quanto ao ponto número dois, porque ficamos aqui com algumas dúvidas. Porque apelar à mobilização e á intervenção das populações e das autarquias para impedirem a entrega do vasto património, enfim, aquilo que sintam no ponto número dois da vossa moção, vindo do PCP deixa-nos sempre algumas dúvidas. O que é que isto quer dizer, exatamente? Falamos aqui de uma providência cautelar, ou falamos de nos amarrar com algemas ao vasto património em causa? É que daí faz depender o sentido de voto do Partido Socialista, como devem calcular. -----

----- E, naturalmente, o terceiro ponto. É que V. Exas continuam, e nós estamos aqui para vos lembrar, a esquecer-se de incluir os Sindicatos da União Geral dos

DRAFT

Trabalhadores. E por isso, gostaríamos que incluíssem a UGT neste terceiro ponto da vossa moção. -----

----- Na moção número dois do PCP, é precisamente o oposto. Portanto, aqui quanto à fiscalidade verde o PCP apresenta uns considerandos perfeitamente suaves, em que nos revemos e não temos qualquer tipo de problemas, e depois apresenta-nos uns pontos deliberativos, com uma carga e um sentido ideológico em que o Partido Socialista não se revê e por isso não poderá votar favoravelmente esta moção. -----

----- Relativamente à recomendação do MPT, e ao Parque do Alvito, Senhor Deputado Arruda, nós não é a primeira vez que aqui ouvimos dizer, o MPT tem vindo a aderir àquilo que são as propostas do executivo municipal. Mas começa a ser estranho que as propostas do MPT, que as recomendações do MPT a esta Assembleia Municipal, sejam sempre apresentadas quando estes projetos já estão em execução, quando os projetos estão prontos. Portanto, eu diria que é quase como se V. Exa adivinhasse quando os projetos estão concluídos, como estão prestes a ser iniciados, e vem aqui e apresenta aquilo que já está em curso. Só falta dizer que mais uma, ou duas semanas, e a obra já estava iniciada, e portanto, é quase como que um milagre V. Exa conseguir adivinhar aquilo que o Partido Socialista e o Executivo Camarário já vai fazer. É certo que tem uma inovação, a sua quarta proposta e essa, naturalmente, merece o nosso voto favorável. Agora, tudo o resto que V. Exa propõe já está programado nos serviços municipais, é uma coisa que já está feita. Portanto, V. Exa diz aqui coisas novas e coisas boas. As boas não são novas, e as novas até são boas e por isso, votaremos essas favoravelmente. -----

----- Por fim, era importante dizer relativamente àquilo que ontem se passou aqui, e eu citava um autarca desta cidade; “sobre a intempérie de ontem, eu diria que não faço politiquices com intempéries”. E quem o disse foi um autarca da cidade que não do meu partido. Mas de facto, ontem, houve um fenómeno climatérico anormal que provocou uma precipitação de quarenta litros por metro quadrado, em duas horas. E vir aqui fazer uma chiqueira política daquilo que se passou ontem, é de facto notório e é de facto aquilo que o Deputado Carlos da Silva Santos aqui veio fazer. Não foi um bom serviço que fez à Assembleia Municipal, aliás, espanta-me não ter aqui vindo congratular os trabalhadores, espanta-me não ter aqui vindo congratular as forças de segurança, da proteção civil, das Juntas de Freguesia, os autarcas da cidade que estiveram na rua ao lado das populações a tentar resolver o problema criado pela intempérie, e tenha vindo aqui optar por uma estratégia habitual, aliás, de fazer politiquice com aquilo que é o mais grave e que é a vida das pessoas. -----

----- Felizmente, para nós o problema foi ultrapassado. Portanto, acho que V. Exa devia de evitar e congratular os trabalhadores. E se não o fez, fazemo-lo nós, o Partido Socialista agradece a todos os trabalhadores do município e das forças de segurança o auxílio que deram ontem na resolução da intempérie que abalou a Cidade de Lisboa. --

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos da Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, e em defesa da honra, fez a seguinte intervenção: -----

DRAFT

----- “É para dizer ao Senhor Deputado que a minha especialidade não é a demagogia. E vir agora dizer que foi um êxito a intervenção. -----

----- O que eu vim dizer e relembrar são as responsabilidades municipais de não estar e de não preparar a cidade para os acidentes naturais. Que ele tenha acontecido, é um facto. Agora, de que não houve a preparação adequada, em que disseram que não tinham sido informados devidamente, mas o que é verdade, e eu disse isto, é que a Câmara Municipal tem a cidade mal preparada para o inverno. -----

----- Voltaremos cá a dizer o facto concreto de quando, eventualmente, vier a acontecer a epidemia de buracos, de situações de rutura que iremos encontrar na cidade, a breve prazo. Porque nada foi feito como deveria ter sido feito. -----

----- Isto são factos. O resto são politiquices, conversas fiadas e demagogia barata.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, e em defesa da honra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Manuel Lage, agradeço as suas palavras, agora não é coincidência. Nós andamos por Lisboa, vemos as coisas e eu não adivinho o que é que está a fazer os serviços da Câmara, não vou à Câmara, de maneira que eu ando pela cidade, vejo e apresento aqui aquilo que eu vejo. Portanto, não é coincidência, e ainda bem que estamos em sintonia.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Penso que é, na nossa moção relativa à EGF, os considerandos vão no caminho de outras moções que aqui foram apresentadas e que já foram aprovadas nesta Assembleia Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no passado dia dezanove, aconselhou as maiores cautelas aos possíveis interessados na EGF. Ele disse: “qualquer alteração unilateral na composição acionista da Valorsul, sem o acordo dos municípios, põe, imediatamente, em causa o contrato de exclusividade de fornecimento de matéria-prima que temos com a Valorsul”. -----

----- E portanto, nós na nossa moção, pomos as matérias que foram colocadas noutras moções. Por exemplo, nós apresentámos, em dezassete de fevereiro, uma moção sobre a EGF e a ameaça de privatização, que foi aprovada por esta Assembleia, o Partido Socialista apresentou, também, nessa altura, uma moção, com os Deputados Independentes, contra a privatização da EGF, que foi aprovada nesta Assembleia apoiando a posição do Conselho Metropolitano de Lisboa. E hoje propomos à Assembleia Municipal defender os interesses da população de Lisboa e dos outros municípios da área metropolitana, e não só na votação da moção que apresentamos. ---

----- Nós em relação ao ponto dois, tal como na moção que apresentamos em fevereiro passado, “apoiar todas as ações que a Câmara Municipal de Lisboa venha a desenvolver, no sentido de combater esta medida tão gravosa para o Município de Lisboa. O que nós propomos aqui, e naturalmente, iremos tomar essa posição, amanhã também, na Câmara Municipal, é que a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e, obviamente, os interessados que são, desde logo, as populações, os trabalhadores e todas as autarquias intervenham no sentido de defender os interesses dos municípios e

DRAFT

das populações, contra aquilo que consideramos um programa de entrega ao capital privado de um conjunto de serviços públicos do setor empresarial que constitui um passo de alienação e desbaratamento de recursos e setores estratégicos nacionais.-----

----- Assim, propomos manifestar o repúdio desta medida do Governo PSD/CDS-PP, tão gravosa para o Município de Lisboa. E depois apoiar à mobilização. Mas isso são os municípios, os trabalhadores e as populações que têm de desenvolver essas atividades.-----

----- Para além disso gostava de dizer que incluímos, obviamente, e pedimos à Mesa para tomar devida nota, a UGT no envio desta moção.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Face à intervenção do Senhor Deputado do Partido Comunista Português, agradeço a sua intervenção que me permite fazer aqui alguns esclarecimentos que a situação requer.-----

----- De facto, ontem tivemos uma situação anormal na Cidade de Lisboa, entre as treze e as quinze horas da tarde, com uma forte precipitação.-----

----- Aquilo que eu tive oportunidade de dizer na comunicação social, infelizmente, não passou tudo, uma vez que eu não acusei, não me queixei nem desconsidere os serviços, pelo contrário, valorizei o trabalho deles. O que fiz foi apenas um enquadramento do ponto de vista dos avisos que nós tínhamos recebido em termos da Cidade de Lisboa.-----

----- Face a essa circunstância, e podíamos estar aqui a laborar, mas isso pouco interessava, o que interessa é que a resposta que foi dada pela Cidade de Lisboa, e aqui entenda-se pela Cidade de Lisboa o Regimento de Sapadores de Bombeiros, Proteção Civil, os vários serviços municipais, nomeadamente, a brigada de coletores, também os Bombeiros Voluntários e, não menos importantes, as Juntas de Freguesia, foi notável porque tendo em consideração aquilo que aconteceu e é importante referir nas freguesias mais afetadas, a saber; a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, Avenidas Novas, Santo António, Santa Maria Maior, Arroios e Alcântara, todas as sarjetas tinham sido limpas pelas Juntas de Freguesia há poucos dias. O que se verificou foi uma situação anormal e de grande precipitação à qual concorreu um fenómeno, que é a premar, isto é, o pico da maré às três da tarde.-----

----- Portanto, houve uma excelente coordenação entre todos os serviços e todos os intervenientes da cidade, e aquilo que era importante ressaltar e salientar é que face às imagens que, ainda hoje, todos temos presente na nossa optica, de uma situação muito delicada, poucas horas depois, por volta das dezassete horas e trinta minutos, já se circulava sem qualquer problema na Cidade de Lisboa. De facto, é preciso dizer que a descentralização da Cidade de Lisboa foi muito importante, todas as Juntas de Freguesia, sem exceção, as vinte e quatro Juntas de Freguesia, corresponderam às suas funções, mas, de facto, houve um fenómeno que nós não controlamos, aquele fenómeno que posso explicar, é um fenómeno de células, não confundir com nuvens, portanto, há uma massa de água que não é possível controlar ou prever com muita

DRAFT

antecedência devido à pressão atmosférica, teve o seu pico em todo o eixo da zona de Benfica, São Domingos, Praça de Espanha, Avenida da Liberdade e Baixa da Cidade. Portanto, face a esta situação muito delicada, foi respondido de forma exemplar por todos os serviços, e também como já foi aqui referido, eu gostava de destacar a importância da qualidade dos homens e mulheres da Câmara de Lisboa, das Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa, dos Bombeiros Voluntários que, de facto, garantiram, em poucas horas, o restabelecimento normal da cidade, e era este ponto que gostava de sublinhar, de facto não temos aqui problemas e não estamos a encontrar culpados. O que nós percebemos é que houve condições atmosféricas bastante adversas e o que era preciso era encontrar soluções, e essas soluções foram encontradas. Portanto, a todos os homens e mulheres quer dos serviços municipais, quer das Juntas de Freguesia, quer dos Bombeiros Voluntários, em nome do município, o meu muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra, e no âmbito de um pedido de esclarecimento dirigido ao Senhor Vereador Carlos Castro, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu gostava que me esclarecesse da grave acusação que o Conselho Português da Protecção Civil acusa a Câmara Municipal de Lisboa de não fazer o seu trabalho. E diz mais, diz que os prejuízos materiais podem ficar-se a dever à inação dos serviços municipais ao não efetivarem a desobstrução do sistema de drenagem da água da via pública. -----

----- Isto é algo que eu gostaria que respondesse e que não apontou na sua intervenção.

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** no uso da palavra, e em resposta ao Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. Quero informá-lo da questão da seguinte acusação. É que de pois das ocorrências acontecerem é muito fácil falar. E aquilo que se verificou na Cidade de Lisboa, independentemente de algum ruído que possa ter sido provocado, é que a cidade soube responder, porque noutras circunstâncias com fenómenos paralelos a este, ainda hoje se verificariam problemas na Cidade de Lisboa, e aquilo que se verificou fruto da intervenção da Câmara e das Juntas de Freguesia é que a estabilidade da cidade foi restituída em poucas horas. -----

----- Portanto, Senhor Deputado, como deve compreender, nós estamos apostados em encontrar soluções e não criar problemas. Sabe porquê? Porque em situações de urgências, como foi o caso de ontem, a nossa preocupação é preservar vidas e bens materiais e isso foi o que aconteceu na Cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** aludiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, estamos em condições de passar às votações. -----

----- Vamos pôr à votação a **Moção nº 1/42**, apresentado pelo PCP, sobre a privatização da EGF. A moção tem duas retificações que eu vou recordar. Uma primeira retificação no ponto número três, porque tem três pontos a moção, no último ponto, juntar a estas entidades que estão aqui referidas a Associação Nacional dos

DRAFT

Municípios Portugueses e UGT. A Mesa vai pôr à votação a **Moção nº 1/42**, retificada, e peço desculpa, há um pedido de votação ponto por ponto, portanto, votação ponto por ponto da parte deliberativa, naturalmente, com o ponto dois em separado. Vamos pôr à votação os **pontos 1 e 3 da Moção 1/42**, votos contra do PSD e CDS-PP, não há abstenções, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, 6IND e PNP. Portanto, os **pontos nºs 1 e 3 da Moção nº 1/42** foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos pôr à votação o **ponto nº 2 da Moção nº 1/42**, votos contra do PSD e CDS-PP, abstenções do PS, 6IND e PNP, e os votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV e MPT. Portanto, o **ponto nº 2 da Moção nº 1/42** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos pôr à votação a **Moção nº 2/42**, apresentado pelo PCP, contra a proposta da Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde. Votos contra do CDS-PP, abstenções do PS, PSD, PAN, PNP e 6IND, e os votos a favor do PCP, BE, MPT e PEV. Portanto, a **Moção nº 2/42** está **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos pôr à votação a **Moção nº 3/42**, apresentado pelo BE, sobre a privatização da gestão da recolha e tratamento de resíduos, votos contra do PSD e do CDS-PP, não há votos de abstenção, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PNP, PEV, 6IND e MPT. Portanto, a **Moção nº 3/42** está **aprovada por maioria**. -----

----- E vamos prosseguir com as recomendações. -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº 1/42**, apresentada pelo MPT, sobre o Parque Recreativo do Alvito. Pedem-me a votação em separado dos pontos, e vamos pôr à votação os **pontos 1, 2 e 3 da Recomendação nº 1/42**, votos contra do PS e do PNP, não há votos de abstenção, e os votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT e 6IND. Portanto, os **pontos 1, 2 e 3 da Recomendação nº 1/42**, foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos passar à votação do **ponto 4 da Recomendação nº 1/42**. Não existem votos contra, nem votos de abstenção, e os votos a favor do PSD, PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, 6IND e MPT. Portanto, o **ponto 4 da Recomendação nº 1/42**, foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº 2/42**, apresentada pelo PEV, sobre o Salário Mínimo Nacional. Pedem-me a votação em separado dos pontos, e vamos pôr à votação os **pontos 1 e 2 da Recomendação nº 2/42**, votos contra do CDS-PP, votos de abstenção do PSD, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNP, PAN, MPT e 6IND. Portanto, os **pontos 1 e 2 da Recomendação nº 2/42**, foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos passar à votação do **ponto 3 da Recomendação nº 2/42**, votos contra do PSD e do CDS-PP, votos de abstenção do PNP, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, 6IND e MPT. Portanto, o **ponto 3 da Recomendação nº 2/42**, foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº 3/42**, apresentada pelo PEV, com aquelas alterações que eu há pouco referi e que são precisões à redação, e acrescentar às entidades o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Não existem votos contra, votos de abstenção do PSD e do CDS-PP, e os votos a favor do

DRAFT

PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN, 6IND e MPT. Portanto, a **Recomendação nº 3/42, foi aprovado por maioria.** -----

----- Senhores Deputados, terminamos o Período Antes da Ordem do Dia. E vamos entrar na Ordem do Dia. -----

----- Eu recordo aos Senhores Deputados que temos, logo no primeiro ponto da Ordem do Dia, uma proposta que vem de duas reuniões e, finalmente, tem agora aqui a sua prioridade, que é a **Proposta nº 330/CM/2014**, da Câmara Municipal de Lisboa, I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-2017. -----

----- E vou dar a palavra ao Senhor Vereador João Carlos Afonso para apresentar a proposta.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **PONTO 1 - PROPOSTA Nº 330/CM/2014 – APRECIAR O I PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO DO MUNICÍPIO DE LISBOA 2014-2017, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (2XGRELHA BASE – 68M)** -----

----- (A **Proposta nº 330/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 6ª Comissão, Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania fica anexado à presente Ata como **anexo VIII** e dela faz parte integrante)---

----- **O Senhor Vereador João Afonso** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção no âmbito da apresentação da proposta: -----

----- “Antes de mais, agradecer o parecer da 6ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa, por aquilo que diz e a forma como analisou esta proposta, assim como o parecer da relatora e a declaração do Partido Comunista que vem em anexo e que, também, agradeço e que faz observações que são pertinentes e que são tidas em consideração durante o período de implementação, se ele vier a ser aprovado por V. Exas. -----

----- Este é um processo longo de construção deste plano, um processo longo e participado que seguiu vários trâmites, mas também não é um processo que é só deste município, tem um enquadramento político, há uma estratégia europeia para a igualdade de mulheres e homens que tem um período de vigência 2010-2015, há um V Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica e de Género de 2014-2017, e um IV Plano Nacional que foi quando começamos a elaborar este plano, no anterior mandato, também há um enquadramento internacional, convenções da ONU, convenções do Conselho da Europa, sendo esta última a convenção de Istambul. -----

----- Há um enquadramento jurídico nacional, que todos conhecem, que é o artigo 852º do Código Penal, e a Lei nº 112/2009, sobre violência doméstica. -----

----- E poderá dizer-se, para além de estar nos pressupostos do Plano Nacional a implementação territorial, também porque é a questão de um Plano Municipal? Porque se a jurisdição veio salvaguardar para pôr na agenda política, e pôr as questões

DRAFT

da igualdade e as questões da violência doméstica como uma realidade, uma preocupação, a verdade é que a implementação no dia-a-dia no território, todos nós sabemos, tem deixado muito a desejar. E, portanto, é necessário aproximar das cidades, das vilas, das aldeias, da população, de cada um de nós, estas preocupações e estas medidas a tomar. -----

----- Este plano começou por estar focado na violência doméstica como estava previsto no IV Plano Nacional, mas alargámo-lo para a questão de violência de género, conforme está na Convenção de Istambul, portanto, há aqui também um passo de avanço. -----

----- Este plano, tal como já disse, aparecer de um processo participado. Ouve grupos de trabalho, ouve um diagnóstico da qual não havia uma base propriamente local, havia uma base de estudo de Lisboa, vários estudos, havia dados ao nível nacional, e foi a partir desses dados que construímos um diagnóstico esperemos que para o próximo plano, e com este plano, esperemos que seja aprovado, seja possível fazer um diagnóstico mais fino, mais certo, e que nos permita no próximo plano ser um plano ainda mais objetivo. -----

----- Depois, houve que identificar prioridades. Foi pensar como chegar a alguns dos objetivos e, finalmente, fizemos uma proposta de plano municipal já aprovada pelo executivo da Câmara Municipal em reunião de Câmara, aprovado por unanimidade. ---

----- Ele estrutura-se em cinco áreas estratégicas; a informação, a sensibilização, a educação, como creio que base para o combate a este flagelo, a proteção das vítimas porque este flagelo está aqui e em todo o lugar, sendo necessário promover a integração social de vítimas e também de agressores, perceber que há outros caminhos para os agressores, prevenir a reincidência, a qualificação de todos os profissionais, ou seja, como atuar perante este problema e nós sabemos, também aqui na Câmara Municipal de Lisboa, que os técnicos não têm a formação necessária e não podemos pensar que estamos todos formados, ou seja, que nascemos todos com a formação e com o conhecimento. Não é um senso comum, é preciso qualificar os profissionais e também é preciso investigar e monitorizar o diagnóstico e acompanhar a evolução do processo. -----

----- O Plano tem um conjunto de trinta e duas medidas de política pública de âmbito local, são coordenadas pela Câmara Municipal de Lisboa, pela Comissão de Igualdade de Género e pelo Ministério Público, o DIAP, e pelo Observatório de Violência de Género, pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, pela UMAR e pela MCV e as Forças de Segurança Pública, pela PSP. -----

----- Das trinta e duas medidas, eu poderia destacar cinco, a concertação entre as entidades na promoção de campanhas contra a violência de género, não só apoiar as várias campanhas que têm sido feitas por várias organizações, mas também coordená-las para serem mais abrangentes e cobrirem todas as áreas de intervenção que é necessário cobrir, criar uma rede especializada na área da violência doméstica e de género que envolva entidades públicas e privadas, à semelhança do que já acontece em alguns municípios para a Área Metropolitana de Lisboa, como é o caso de Montijo, Cascais e Loures. Consolidar a aplicação do programa para agressores de

DRAFT

violência doméstica que é um programa de âmbito nacional e que temos de apoiar para a sua implementação em Lisboa. Diagnosticar as necessidades de formação e qualificação de profissionais dessas entidades, desde logo, a Câmara Municipal de Lisboa, e fazer um inquérito á vitimização de mulheres e homens com vista à avaliação da prevalência do fenómeno, abrangendo o concelho de uma desagregação da freguesia e do bairro. -----

----- E este é um resumo do Plano Municipal, I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e do Género do Município de Lisboa 2014-2017, que ponho á vossa consideração.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Dias (PS)** na qualidade de relatora do Parecer da 6ª Comissão Permanente, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria começar por saudar as amáveis palavras do Senhor Vereador João Afonso e corrigi-las, a relatora, eu própria, sou do Partido Socialista e não do Partido Comunista Português. -----

----- A 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania saúda a apresentação do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género que reputa fundamental para minorar este grave problema. -----

----- A Comissão recomenda que sejam desenvolvidas nesta área específica e integrando o plano, em paralelo com as restantes medidas, ações de sensibilização e de formação com pessoas adaptadas a esta tarefa. -----

----- Recomenda. Finalmente, que seja realizado decorrente da informação recolhida durante a execução do plano, um estudo específico sobre o impacto da violência sobre os animais domésticos na vida familiar e em populações específicas, nomeadamente, as crianças. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Proposta 330/2014, apresenta a esta Assembleia o I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género que vem preencher a necessidade de que seja estabelecido um modelo integrado de intervenção neste relevante campo social, evoluindo para a consolidação de uma verdadeira rede municipal contra a violência, agregando sob coordenação municipal, as várias entidades ativas em Lisboa no âmbito do desenvolvimento social, quer da sociedade civil, quer da administração central. -----

----- A pertinência do estabelecimento deste plano municipal foi consensual entre todos os membros da 6ª Comissão, sendo clara a necessidade da sua concretização, assim como a necessidade de manter um carater dinâmico e evolutivo que permita a constante melhoria e o reconhecimento e assimilação dos resultados na sua aplicação prática. -----

----- Entendeu, também, a 6ª Comissão que desse facto é espelho o conciso parecer da Senhora relatora Sofia Oliveira Dias, apresentar à Câmara Municipal um conjunto específico de recomendações, a saber, a Deputada Sofia dias já disse duas delas, uma delas não chegou a referir, e que é que a Câmara Municipal venha a constituir, com

DRAFT

brevidade, uma bolsa de imóveis municipais para uma rede de casas de autonomização para vítimas de violência após saída das casas de abrigo, ou conclusão das respostas de emergência do município. -----

----- A violência doméstica e de gênero são flagelos da nossa sociedade que os prevenir e combater, sendo nossa convicção, por certo partilhada por todos os agrupamentos municipais que a ponderada elaboração e implementação do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Gênero poderá vir a contribuir para a sua drástica diminuição. -----

----- Tão logo, o principal interveniente na área de sensibilização e educação social da cidade, a Câmara Municipal, possa e dê cumprimento à matriz de medidas que o plano preconiza e das quais assumiu a responsabilidade. -----

----- Competirá, também, às restantes entidades coordenadoras das diferentes áreas estratégicas, quais sejam consideradas adequadas, competentes e creíveis, nomeadamente na proteção estruturada e apoio integrador à vítima de violência, assim como na prevenção de reincidência e na monitorização da execução e avanço do plano o que se releva monitorização e execução e avanço do plano, efetuar as respetivas ações preventivas e resolutivas como estão implícitas na matriz de medida e indicadores. Esta matriz constituiu, aliás, o núcleo operativo do plano. -----

----- Entendemos também que o grupo de trabalho que elaborou o plano poderá desenvolver a formalização dessa rede de intervenção, assumindo a elaboração de um guia de recurso e de relatórios periódicos de execução. Esta Assembleia pretenderá, de certo, poder contribuir para o bom êxito do plano, apreciando esses relatórios e esses pareceres que sejam emitidos pelos atores sociais. -----

----- O que temos como essencial é que sejam acolhidas e implementadas as recomendações apresentadas pela 6ª Comissão Permanente o que servirá para a aferir o respetivo empenhamento da Câmara na implementação do referido plano municipal. É um plano que não é perfeito, mas que parecer ser o possível e que acolhemos, portanto, com expectativa que a Câmara o execute com diligência e com competência. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Mendes Pinto (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ao longo mais de um década, temos assistido ao desenvolvimento da discussão em torno da violência doméstica e de gênero. -----

----- Materializando-se algumas das preocupações, em alterações significativas no Código Penal e na criação de medidas de apoio e proteção das vítimas de violência doméstica. Porém, e apesar do caminho já trilhado, a atribuição do estatuto de vítima não é por si só suficiente para dirimir algumas situações de risco, sendo por isso necessário reforçar as estruturas de apoio existentes e continuar a sensibilizar e a capacitar os cidadãos em geral, para esta problemática. -----

----- Os municípios como entidades de referência de proximidade, podem e devem contribuir para alcançar os objetivos preconizados nas convenções internacionais e na estratégia de políticas públicas nacionais de prevenção e combate à violência doméstica e de gênero. -----

DRAFT

----- Estando, de facto, alargada a perceção de que todos, e todas, são responsáveis pela participação do crime público em si, sabemos não se esgotar aqui o combate à violência, sendo necessário continuar a investir nos meios, na educação e prevenção da violência na sua génese, e na proteção e orientação das vítimas. -----

----- Reconhecer atempadamente os sinais, implicações da violência, saber o que fazer e onde se dirigir será, porventura a melhor ferramenta para que cada cidadão que participe no processo de proteção às vítimas de violência, ajude a reduzir a gravidade e a repetição do ciclo de violência e se transforme, ele próprio, um porto de abrigo. ----

----- Estamos convictos que o contributo de Plano Municipal para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, fruto do trabalho do município e dos parceiros do grupo de apoio ao plano, pode multiplicar na sociedade e, em particular, em Lisboa, esta noção de coresponsabilidade para com estas situações de violação dos direitos humanos, potenciando sinalizações e respostas mais céleres e eficazes por parte de quem, no terreno, encaminha e apoia as vítimas de violência.-----

----- Da nossa parte, também uma palavra de apreço e encorajamento a todo o pessoal técnico do Município de Lisboa e das entidades da rede social que lidam, diariamente, com esta matéria, acompanhando e sendo o suporte próximo de quem busca uma vida feliz e sem violência.”-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra, deu o seguinte esclarecimento:-----

----- “Venho no sentido de esclarecer os Senhores Deputados e Deputadas que fazem parte da comissão, mas também todo o Plenário de que a questão da bolsa de casas de autonomização para vítimas de violência doméstica, e que tenham passado por casas de abrigo, está já em funcionamento no Município de Lisboa desde o mandato passado. -----

----- São doze casas, seis entregues a uma instituição e seis entregue a outra. -----

----- Se me perguntarem se é suficiente? Não, não é. Mas dizer que já estão em funcionamento e que têm tido bastante sucesso naquilo que tem a ver com a autonomização destas pessoas vítimas de violência doméstica. -----

----- Já agora, aproveito a oportunidade de apelar a todo o plenário, especialmente às Senhoras Deputadas que têm assento na Assembleia das Republica, que é urgente de uma vez por todas fazer-se a regulamentação da lei 112, em particular do seu artigo 45º. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar, gostaria só de recolocar aqui uma precisão histórica que já foi referida pelo Senhor Vereador e que será tomada em conta, é que o Dia Internacional da Mulher não foi proclamado pelas Nações Unidas, em 1975, ou foi. Mas não é essa a sua origem. A origem do Dia Internacional da Mulher é desde 1910, por proposta da comunista alemã Clara Zetkin que o fez na Segunda Internacional de Mulheres, em Copenhaga, fez esta proposta, e a proposta foi aceite e tinha três

DRAFT

reivindicações essenciais, o direito de voto, a redução do horário de trabalho e o aumento dos salários. Em 1911, este dia foi proclamado e de acordo com informações que nos chegam de Alexandra Konllontai, uma outra comunista, é que houve manifestações de milhares de pessoas por toda a Europa, nomeadamente, na Alemanha, Suíça, Áustria e Dinamarca. -----

----- Eu gostaria só de sublinhar aqui o papel de Clara Zetkin nos direitos das mulheres e sublinhar que foi a única Deputada eleita durante o mandato de Hitler. E foi, de facto, à sessão de abertura do parlamento enfrentando o nazismo como também defendendo as suas ideias na altura, a defesa dos direitos das mulheres e a defesa dos comunistas num ato ímpar de coragem naquela altura em que se vivia. -----

----- Relativamente ao próprio plano, o plano peca porque fala quase exclusivamente da violência doméstica. Ora, são múltiplas as violências sobre as mulheres e múltiplas as violências, também, quando estamos a falar entre homens e mulheres, são múltiplas as violências que não estão focadas devidamente, neste programa, nomeadamente, relativamente a idosos e a crianças. Por esse motivo, não se compreende porque é que as entidades que foram ouvidas, não contém por exemplo, a parte das discriminações salariais, que em Portugal, entre mulheres e homens, e de acordo com os dados da SIT, rondam os 30%, com dados da Eurostat serão menos mas, por exemplo, de 46% nas mulheres mais idosas a partir dos sessenta anos, e bastante qualificadas. E na preparação deste plano, não foram ouvidas as comissões para os direitos das mulheres, nem da CGTP, nem da UGT, não fazem parte nem da comissão restrita, nem da comissão alargada. Também não fazem parte da comissão restrita e alargada o movimento democrático de mulheres, o mais antigo movimento de defesa dos direitos das mulheres em Portugal e que existia já nos anos sessenta, e que dirigiu ao MFA a reivindicação pela consagração dos direitos das mulheres e foi responsável também, na altura da constituinte pelo envio de várias propostas que ficaram na nossa constituição em termos de igualdade entre mulheres e homens. Também não está o Observatório de Tráfego de Seres Humanos, e devo lembrar que temos em vigor o II Plano Contra o Tráfico de Seres Humanos, e que a prostituição e o tráfico de seres Humanos são realidades que este plano devia de abarcar de alguma forma. Evidentemente, não pode ter todas as medidas, mas quando se intitula um plano de combate à violência e de género não pode exclusivamente dedicar-se à violência doméstica, e isto porque há já cinco planos nacionais de violência doméstica, quatro de violência de género, três relativamente ao tráfico de pessoas e um sobre a mutilação genital feminina que também não está patente aqui neste programa e que fazia falta que estivesse. -----

----- Relativamente às entidades, também não se compreende porque não foram consultadas por exemplo, o MURPI que é uma associação que está ligada aos idosos e que poderia dar informações sobre o aumento da violência nos idosos. Não está qualquer ligação aos direitos das crianças, não está o Clube Safe que tem a ver especificamente com os direitos das mulheres lésbicas, não estão as Panteras Cor-de-rosa que são mais um grupo de ação dos movimentos LGBT, e portanto, faltam aqui, e mesmo na comissão restrita não se percebe porque é que ela é tão restrita. -----

DRAFT

----- E já que ouviram tantas entidades, convinha que ouvissem estas entidades que têm trabalho demonstrado nesta matéria, e que, aliás, eu como membro do Movimento Democrático de Mulheres, não posso deixar de dizer que foi o único movimento que em todos os planos enviou contributos à Assembleia da Republica para que fossem de facto discutidos e que fizeram parte do grupo de trabalho. Também não está a Associação Ninho que é uma associação que funciona desde 1960, e que trabalha com mulheres prostituídas, e é das poucas que o faz além da APF.-----

----- Relativamente aos instrumentos internacionais, também faltam muitos instrumentos internacionais que eu aconselhava o Senhor Vereador a ver na proposta de resolução do Parlamento Europeu, no famoso relatório que talvez seja um pouco polémico pelas conclusões que tirou, eu pessoalmente concordo e o PCP concorda, mas sobre a exploração sexual e a prostituição e o seu impacto na igualdade de géneros. Aqui estão quase todos os instrumentos legais aplicáveis e que seria importante que eles fossem mencionados neste plano.-----

----- Fica a crítica feita.-----

----- As múltiplas violências são no trabalho, na escola, a violência contra os idosos que tende a crescer cada vez mais, e eu tenho que me afastar um pouco das conclusões da 6^a Comissão porque eu não penso que seja adequado num plano sobre a violência doméstica, e não num plano sobre violência de género, incluir a violência sobre os animais. Não penso que isto seja nada adequado quando faltam tantas outras coisas. E também tenho de me afastar de algumas propostas de concretização uma vez que elas só poderiam implicar uma multiplicação de recursos.-----

----- Já há um guia único de recursos em todos os planos nacionais que pode ser adaptado á realidade municipal e, portanto, à uma série de meios que já existem e que estão, quer na Comissão para a Igualdade de Género, quer na Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego que podem ser adaptados para este plano para não multiplicar o trabalho.-----

----- Deixaria a recomendação de se ampliar o número das associações com quem a Câmara vai desenvolver este trabalho.-----

----- Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente à Proposta 330/2014, que visa apreciar o I Plano Municipal para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa, mesmo com algumas insuficiências, o Partido da terra não pode deixar de saudar a iniciativa.-----

----- Apesar de alguns municípios terem optado por realizar desde cedo um plano individual sobre a temática, a Câmara de Lisboa, ainda na vigência do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, 2011-2013, optou por incluir o combate a este fenómeno através do Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa, 2013-2017. Esperamos que a mudança de estratégia com a realização de instrumentos de trabalho sejam catalisador para a realização ativa de atividades dentro do combate e prevenção da violência doméstica e de género, na Cidade de Lisboa.-----

DRAFT

----- Sobre o documento em concreto, pensamos que existindo informação sobre o fenómeno e ter sido realizado um diagnóstico sobre o mesmo e apresentado no *Workshop* com o grupo de trabalho, seria importante a sua divulgação de forma a percebemos a ligação entre o problema e as soluções apresentadas. -----

----- Também sobre as ações propostas, seria relevante incluir um cronograma com a repartição temporal da sua implementação, assim como as metas propostas a cada um dos indicadores, pois só assim se poderia aferir qual a margem de execução do referido plano. -----

----- Similarmente, não é efetuado qualquer planificação sobre as verbas e recursos a afetar a cada ação. Porém, como é admitido no documento, o I Plano Municipal para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa está sempre sujeito a melhoramentos mas, mais importante que o documento em si, será a vontade política empenhada na execução do mesmo. Neste sentido, o Partido da Terra irá votar a favor do I Plano Municipal para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria começar por dizer que para nós salvaguardar uma vida humana é sempre positivo. E tratando-se de um plano contra a violência doméstica e de género que pretende, exatamente, salvaguardar vidas humanas, necessariamente, só poderia ter a nossa aprovação. -----

----- Vi com surpresa que este raciocínio não é válido para toda a gente, culminando com a intervenção da Senhora Deputada do Partido Comunista Português que referiu que, salvar vidas humanas, mencionando animais, é uma coisa indigna, ou coisa parecida. Portanto, eu apenas queria rejeitar essa prova de preconceito e espero, sinceramente, que esse preconceito não seja válido a todos os Deputados Comunistas por quem tenho o maior respeito. -----

----- Começando, agora, a intervenção propriamente dita, o PAN quando soube que o I Plano Municipal para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa, estava em discussão pública apercebeu-se que existia uma matéria em relação à qual o plano era omissivo. -----

----- A sinalização de violência doméstica contra os animais que, para além de ser uma violência psíquica contra os seres humanos que são forçados a presenciá-la, é também uma violência contra os próprios animais que hoje estão protegidos contra os maus tratos e morte, com o novo decreto-lei que criminaliza estas atitudes. -----

----- Em tempo útil, apresentamos documentação à Câmara Municipal de Lisboa que demonstrava a utilidade para a diminuição da violência doméstica entre humanos, sendo a deteção de violência contra os animais um indicador e preditor dessa mesma violência. -----

----- Constatou-se que, apesar da evidência científica apresentada pelo PAN, a versão agora apresentada do regulamento não considera agora a violência contra os animais domésticos, nem como violência doméstica lato senso, nem sequer como fator

DRAFT

preditor de violência contra os humanos indefesos. Foi este plano discutido na Assembleia, também nesta vertente, tendo a 6ª Comissão emitido um parecer aprovado por unanimidade com uma recomendação no sentido de inclusão desta preocupação.-----

----- Assim, nestes termos, vimos por este meio solicitar que se dê seguimento a todas as recomendações do parecer da 6ª Comissão. -----

----- Pelo bem de tudo, e de todos, muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** no uso da palavra, deu o seguinte esclarecimento: -----

----- “Eu só quero esclarecer o Senhor Deputado Miguel Santos que em primeiro lugar, não foram as palavras que eu utilizei, nem de indignidade, nem dizer que a violência contra os animais não é violência. -----

----- Já agora, gostaria de esclarecer que o PCP foi o primeiro partido que apresentou um Projeto-lei na Assembleia da Republica destinado a combater e a excluir os animais do circo, ou quaisquer outras atividades, a impedir a utilização de animais em experiências científicas, a fazer requerimentos e perguntas ao Governo sobre a manutenção de animais em parques e jardins zoológicos e, como tal, o que eu lhe propunha, para ser uma coisa ainda mais completa, era fazer, por exemplo, um plano contra a violência sobre os animais aí sim, poder-se-iam ter todas as questões que abarcam a violência sobre os animais porque para o PCP, uma sociedade justa é uma sociedade sem violência relativamente também à natureza, incluindo na natureza os animais.-----

----- Portanto, da próxima vez tente só ler aquilo que o PCP já escreveu que vai ficar surpreendido. É que quando isso não se faz chama-se preconceito.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “”Os Verdes” congratulam-se com a apresentação da Proposta 330/2014, que agora discutimos, e que visa aprovar I Plano Municipal para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-2017, e votará, obviamente, a favor. -----

----- No entanto, e devido á importância desta matéria, gostaríamos de deixar algumas notas que esperamos contribuir para esta discussão e reflexão principalmente, quando todos os estudos indicam que o fenómeno da violência doméstica não tem assistido a uma redução, antes parece estar a crescer, nomeadamente, entre jovens casais. -----

----- Este problema é uma grave violação dos direitos humanos, com impactos gravíssimos tanto do ponto de vista pessoal, física e psicologicamente, social e económico, sendo a violência doméstica considerada crime público. -----

----- Ao longo dos tempos, têm sido dados passos na prevenção e combate à violência doméstica mas há, ainda, muito para fazer e não nos podemos esquecer que este flagelo não se reduz à questão de violência entre géneros, é também uma questão política dando, por isso, ser tratada de forma transversal e estruturada. Por exemplo, é preciso haver políticas transversais que assegurem o acesso à saúde, à educação, ao

DRAFT

trabalho, e um reforço da proteção social, pois são elementos fundamentais para o verdadeiro e eficaz combate contra a violência.-----

----- Consideramos muito positivo o envolvimento de várias entidades e organizações neste plano, contudo não podemos permitir que sejam somente estes os parceiros a dar resposta a situações de violência, é preciso que o Estado não decline as suas responsabilidades neste domínio, porque a verdade é que temos assistido por parte dos sucessivos Governos a alguma medidas que aparentemente servem de combate a este problema, ao mesmo tempo que implementam várias políticas que agravam as suas causas e consequências.-----

----- O fenómeno da violência doméstica atinge, sobretudo, mulheres que por vezes suportam até à exaustão por não terem autonomia financeira para sustentar a si e aos seus filhos. A dependência económica é por vezes, um fator de continuidade de sujeição a esta atrocidade.-----

----- Como sabemos, são as mulheres as maiores vítimas de discriminação salarial, e são também elas as mais atingidas pelo desemprego.-----

----- Não temos dúvidas que a autonomia financeira das mulheres e a sua não discriminação no mercado de trabalho são fatores determinantes para que não se sujeitem à continuidade de fenómenos de violência doméstica.-----

----- Consideramos que não basta combater hoje a ações ofensivas e os seus agentes e defenderes as vítimas. É preciso atacar as causas económicas e sociais, e culturais, que lhe estão na génese.-----

----- É preciso, também, não esquecer que para além da vítima direta, toda a família é afetada especialmente as crianças.-----

----- Uma última nota, e partilhando a preocupação manifestada pelo PCP na declaração anexa ao parecer da 6ª Comissão, pelo facto de este plano não prever nenhuma medida para o combate à exploração na prostituição e no tráfico de pessoas.-----

----- Consideramos que as medidas neste plano, deveriam prevenir e combater a violência nas suas mais variadas expressões.-----

----- “Os Verdes” que sempre se afirmaram contra qualquer forma de violência, de discriminação, de desigualdade e de injustiça, e que sempre apresentaram propostas nesse sentido, e tendo em conta a gravidade deste problema. Considera que todas as medidas que sirvam para sensibilizar e consciencializar para a valorização do papel da mulher na sociedade e para a prevenção e combate à violência doméstica e de género, devem ser valorizadas e apoiadas. Este plano é um primeiro passo e esperamos que seja eficaz, e que outros passos se lhe sigam para conseguirmos combater este flagelo, nunca esquecendo a responsabilidade que o Governo tem nesta matéria.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente à Proposta 330/2014, o CDS-PP congratula o Senhor Vereador João Afonso pelo I Plano Municipal para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, que teremos toda a honra em aprovar.-----

DRAFT

----- Ao votarmos este plano estamos a contribuir para a implementação de medidas públicas, vinte e duas, que visam combater a violência e evitar o sofrimento de alguém que é agredido, submetendo-se ao poder e controlo de outrem.-----

----- É uma causa nobre, este plano, e o nosso apoio também, das mais nobres que serão aprovadas neste Plenário.-----

----- No entanto, há uma interrogação que se coloca, como é que só hoje, em 2014, estamos a implementar um plano desta importância sobre uma problemática quotidiana que não nos era estranha? Mas, nunca é tarde para agir.-----

----- Sempre conhecemos, sempre soubemos, em casa, no prédio, no bairro, no trabalho, no círculo de amigos, estas histórias de vida sempre circularam perante a nossa condescendência coletiva. Infelizmente, estas situações são muito mais comuns do que se imagina, e também cada vez mais noticiadas, e nos dias que correm os esforços para o combate a este flagelo são insuficientes para a total irradicação mas, obviamente, necessários para a sua diminuição.-----

----- Chegou o momento de dizermos basta, basta fingir que a violência doméstica e de género não acontece, ou que só acontece a quem deixa acontecer. Hoje estamos a agir, a reagir, para que a esperança invada a vida destas vítimas e evite futuras, promovendo a igualdade através da prevenção, proteção e inserção social. E também a punir quem tem comportamentos indignos e vexatórios para com o seu semelhante.-----

----- A sociedade também tem de perder o medo e passar a denunciar sempre que suspeitar situações de violência.-----

----- O CDS-PP acredita que com o contributo de todos, este plano terá resultados sendo por si um grande passo para a melhoria e desenvolvimento da comunidade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Deixar aqui algumas notas sobre este Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. A inclusão da violência além de doméstica e de género, obviamente, é um avanço, tal como muitos avanços têm sido feitos a nível legislativo, mas muitos mais são precisos dar neste âmbito.-----

----- E deixar apenas, porque já muita coisa foi dita, duas notas relativamente a esta temática.-----

----- Em primeiro lugar, tem a ver com a qualificação de profissionais, e que já aqui foi dito, e que trabalham nestas áreas, parece-me ser bastante relevante e importante. E também, as campanhas de sensibilização e de prevenção. Parece-nos que campanhas de sensibilização, campanhas publicitárias parece-nos ser o melhor método de chegar a um maior número de pessoas. No entanto, também é muito importante a questão da educação nas escolas, com a educação cívica e educação sexual, algo que já devia de estar implementado há muitos anos neste país.-----

----- Outra questão tem a ver com a discussão mais de fundo sobre este tema, mais política, e que tem a ver com as causas que levam a esta situação de violência doméstica e de género, e que obviamente, já foi referido, tem uma incidência muito grande sobre as mulheres, mais do que sobre os outros géneros, exatamente porque

DRAFT

vivemos numa situação política e económica e social que cada vez é mais desfavorável a todos os cidadãos, independentemente do género, mas ainda mais sobre as mulheres. As questões das desigualdades salariais, a questão do acesso a empresas públicas e privadas, portanto, a questão da dependência económica que acaba por ter grande influência nesta questão e neste flagelo como já aqui foi falado. --

----- É de realçar que o Concelho de Lisboa também tem de olhar para os seus dados recentes sobre a situação económica e social do concelho que se está a agravar a olhos vistos o que implica um agravamento maior nas situações de violência doméstica, e no namoro, e que serão cada vez piores enquanto as políticas nacionais não mudarem nesse sentido. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natalina Moura (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O enfoque desta intervenção firma-se no combate à violência doméstica e de género, sem que isso signifique algum demérito, da minha parte, nas restantes formas de aproximação a que o plano faz referência. -----

----- Quero deixar bem expressa uma palavra de reconhecimento e elogio, pela capacidade de síntese da Senhora Deputada Relatora Sofia Dias, numa matéria que mereceu da parte, quer dos elementos que integram a 6ª Comissão, quer dos que participaram em substituição, eu refiro o empenho e a acutilância do Senhor Deputado Manuel Lage, sem subestimar, naturalmente, as intervenções de todos os restantes.-----

----- Trata-se de uma matéria que exigiu estudo do amplo edifício jurídico, em que Portugal não deixou crédito por mãos alheias, o mesmo não se pode, ou deve afirmar, quanto á aplicabilidade da lei.-----

----- Este Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, que em boa hora aqui se apresenta, e que saúdo na pessoa do Senhor Vereador João Afonso, num amplo leque de valências, refiro-me ao plano, permitiu uma visita ao meu “guarda-roupa” político. E por força dessa visita vão-me permitir dirigir a todas as mulheres que no silêncio sufocaram, e sufocam, mágoas, medos, raiva e lágrimas, resultantes das injúrias da agressão física e psicológica de que foram vítimas e que a sociedade silenciou ao longo dos tempos, por hipocrisia, por falta de coragem e de respeito para enfrentar o problema que ninguém que se diga civilizado, poderá deixar de sentir.-----

----- Também aqui neste espaço, saúdo a Senhora Presidente por se ter envolvido também nesta área no combate à violência doméstica e de género. -----

----- É igualmente, da mais elementar justiça uma saudação às organizações não-governamentais, das mulheres que têm no seu curriculum um trabalho de monta no que concerne ao apoio às mulheres vítimas de violência, algumas das quais foram aqui referidas pela representante do PCP, e com as quais tive o prazer de trabalhar. -----

----- Era para mim, e por certo, para todos nós, espectável que após a IV Conferência das Nações Unidas sobre as mulheres, que teve lugar em Pequim, em setembro de 1995, onde estive presente na qualidade de representante das organizações não-governamentais, integrando a delegação governamental, na qual foi aprovada a

DRAFT

Declaração de Pequim, e quero-vos dizer que estive nesta qualidade as pensas próprias porque a defesa dos valores também têm custos, foi a minha opção, em que no ponto vinte e nove da Declaração de Pequim, afirma haver, e passo a citar; “que prevenir e eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas.” Decorridos praticamente, vinte anos, a leitura desta temática, quer em Portugal, quer no mundo, fosse bem diferente. Era expectável, que assim fosse. Porém, todos os dias nos dão conta da monstruosidade desta realidade. -----

----- Aos autarcas, por força da proximidade que têm com as populações não lhes é indiferente, bem pelo contrário, o sofrimento que estas situações lhes causa, e para as quais pouco mais lhes resta senão o dever de denúncia quando tomam conhecimento, o que nem sempre acontece.-----

----- Citando o psiquiatra José Gameiro, no artigo de opinião, no jornal de fim de semana; “as coisas são de tal forma globais que apenas a nível micro, a minha rua, o meu bairro, acredita que cada um de nós possa exercer alguma influência. Será assim, mesmo quando, ainda, que apenas resta-nos barafustar, gozar a liberdade de imprensa, poder dizer quase tudo o que pensamos, refugiarmo-nos nos nossos micro sistemas e proteger os que nos estão mais próximos?”. Temos que acreditar que a força da nossa atuação pode ir mais longe, temos que ir mais longe. -----

----- E permitam-me, agora, ler-vos um poema de António Aleixo. Diz o poeta, “*Dês as voltas que lhe deres, dentro do teu coração, as coisas são o que são, e não aquilo que tu queres. Eu gosto de brincar com ele, e digo de outro modo, dês as voltas que deres, dentro do teu coração, as são o que são, mas só se tu quiseres.*” -----

----- Caros colegas, aprovar a proposta em apreço é uma demonstração de humildade democrática, de que não se apaga do ideário a ajuda humanitária que a todo o ser humano é devida. -----

----- Tenho dito.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, terminamos as intervenções. -----

----- Penso que o Senhor Vereador irá querer reagir às várias intervenções, e a Mesa, em particular, pergunta ao Senhor Vereador se as várias recomendações que foram feitas por vários Senhores Deputados que aqui falaram, se são acolhidas pelo Senhor Vereador? -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Primeiro, as minhas desculpas pelo meu início atabalhado, em especial, à Senhora relatora do parecer da 6ª Comissão, a Senhora Deputada Sofia Oliveira Dias, que não queria confundir com a Senhora Deputada Lúcia Gomes, mas sim, agradecer ambos os contributos, pelo parecer redigido e pela opinião da relatora, e à Senhora deputada Lúcia Gomes pelo parecer como autora do parecer do PCP. E ao Senhor Deputado Magalhães Pereira, Presidente da 6ª Comissão, que orienta os trabalhos desta comissão, e que votou este parecer. -----

----- Segundo, queria agradecer o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Desenvolvimento Social, que não o fiz há pouco, em especial, a Senhora Diretora de Departamento, Dr.ª Susana Ramos. E a todas as organizações que participaram nos

DRAFT

trabalhos que resultaram neste plano. Este é um plano municipal, mas não é o plano nem do departamento, nem deste vereador, é o plano que todas as organizações trabalharam, seja na Comissão Restrita, seja na Comissão Alargada, elaboraram e nos fizeram chegar às nossas mãos e que nós quisemos implementar. E há um plano que queremos implementar, não a Câmara, mas todas as organizações. O que indica este plano são as entidades que assumem a responsabilidade da coordenação, não é um plano fechado às organizações. Todas as organizações que queiram participar serão bem-vindas e quantas mais vierem, melhor. -----

----- Talvez seja uma consequência pela forma como este plano foi iniciado, que era um plano contra a violência doméstica, e sendo um tema de violência doméstica, algumas das organizações que a Senhora Deputada nomeou, não é do âmbito do seu trabalho, não têm desenvolvido trabalho no âmbito da violência doméstica, especificamente, e, portanto, quando foram convidadas talvez pensassem que já tinham muito trabalho a fazer e que este assunto não fazia parte do seu trabalho. -----

----- Por exemplo, “O Ninho”, e outras, são organizações com quem a Câmara trabalha frequentemente e em outras áreas de violência, que trata também das questões da violência, discriminação, mas que talvez quando viram que o tema era violência doméstica, pensaram, que estavam disponíveis mas que não era o seu campo de trabalho e que, portanto, não responderam. -----

----- Mas, obviamente, sendo este plano um plano de violência doméstica e de género, é natural que tenham, também, o seu contributo e esse contributo será bem-vindo. -----

----- Todas as sugestões e recomendações dos Senhores Deputados serão acatadas, na medida do que está previsto no plano e naquilo que o plano irá desenvolver porque apesar de ter objetivos e ações, não o vejo como um instrumento fechado, e com certeza que todas as entidades e organizações que para ele irão contribuir assim o veem, porque não é um processo, é um flagelo que vem detrás, vai tendo mutações, vai tendo respostas quer sejam municipais, quer sejam as das instituições, e é isso que nós queremos, prevenir e combater o flagelo da violência doméstica e de género. -----

----- Mais uma vez agradeço todos os vossos contributos.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, estamos em condições de pôr à votação a **Proposta 330/CM/2014**. A Mesa vai pôr à votação a **Proposta 330/CM/2014**, não há votos contra, não há abstenções, os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por unanimidade e aclamação**. -----

----- E, naturalmente, a Mesa faz votos para que este plano tenha o máximo de eficácia possível, atendendo à gravidade dos fenómenos que ele pretende combater. ---

----- Vamos passar ao **ponto 2** da Ordem de trabalhos, **Proposta 162-A/CM/2014**. E a Mesa está com um problema que é o seguinte: tenho aqui a informação que terá sido aprovado um parecer na Comissão, no dia dezoito de setembro, que não chegou à minha mão. Penso que podemos ultrapassar a questão, eu nem sequer o tinha solicitado, e vou contar um pouco esta história; a proposta era a proposta inicial 162/CM/2014, sobre essa proposta a Comissão efetivamente, elaborou um parecer

DRAFT

detalhado, pedindo à Câmara para refazer a sua proposta. E a proposta esteve agendada, e voltou para a Câmara para refazer em função do parecer sobre a proposta inicial. A Câmara refez e eu enviei à Comissão para verificarem se tinha tido em conta pela Câmara aquilo que a comissão tinha dito. Pelos vistos, a Comissão fez uma análise mais aprofundada do documento, e eu queria perguntar a todos os Senhores Deputados se veem objeção a que seja dado conhecimento pela 7ª Comissão deste segundo parecer antes de votarmos. Portanto, faríamos uma apresentação da proposta pela Senhora Vereadora. Depois eu pediria à Senhora presidente da 7ª Comissão, ou relator, que apresentem este segundo parecer, vou mandar distribuí-lo por todos para que fique na vossa mão, mas houve, efetivamente, este lapso na distribuição e peço desculpa, desde já. Sendo que este parecer será colocado no *site*, rapidamente, assim que chegue a versão digital ao nosso conhecimento. -----

----- Não vejo ninguém a contestar este procedimento, nem vale a pena coloca-lo á votação, vamos prosseguir desta maneira.” -----

----- **PONTO 2 - PROPOSTA Nº 162-A/CM/2014 – QUE ALTERA A PROPOSTA Nº 162/CM/2014, QUE PROCEDE À ALTERAÇÃO DA POSTURA MUNICIPAL SOBRE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA, NA SEQUÊNCIA DO PARECER DA 7ª COMISSÃO PERMANENTE E DA RECOMENDAÇÃO APROVADA EM 1 DE JULHO DE 2014, PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A PROPOSTA 162/CM/2014, E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (2 X GRELHA BASE)** -

----- (A Proposta nº 162-A/CM/2014 fica anexada à presente Ata como **anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 7ª Comissão, Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto fica anexado à presente Ata como **anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Na sequência do parecer emitido no mês de julho da 7ª Comissão permanente da Assembleia Municipal de Lisboa, e depois de alguma discussão com os membros da Assembleia Municipal, nós elaboramos uma nova proposta no executivo, que contemplou algumas dessas alterações que eram mais pertinentes e que eram exequíveis e que eu passo a enumerar; alterações que respeitam a composição da toponímia, alteração aos princípios orientadores da atribuição de topónimos, nomeadamente, no que se refere à possibilidade de exceção em casos devidamente justificados da norma que diz que apenas podem ser atribuídos topónimos apenas cinco anos passados da morte da pessoa a homenagear, ou também a alteração de algum topónimo na cidade, que é uma regra que não tem sido acautelada, algumas disposições relativamente à composição gráfica das placas, e por fim há a competência das Juntas de Freguesia no âmbito da nova Reforma Administrativa para a fixação e execução das placas toponímicas. -----

DRAFT

----- Penso que estas eram as principais questões que estavam em causa. E julgo que não haverá grandes objeções por parte da Comissão, portanto, gostaria de saber se existem, ou não. De qualquer forma, nós tivemos uma boa discussão com a Comissão, pelo que penso que não haverão alterações de maior. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** na qualidade de relator do parecer da 7ª Comissão, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito telegraficamente, efetivamente, na sequência da primeira apreciação pela comissão e da primeira emissão de parecer, a Câmara municipal acolheu a esmagadora maioria das sugestões, aliás, o trabalho aqui realizado recolheu contributos em sede de Assembleia Municipal. Também junto das Juntas de Freguesia que a partir de agora também assumem um papel diferente e mais relevante na gestão quotidiana das placas toponímicas, e fundamentalmente, o que se procurou e o resultado a que chegamos é feliz nesse sentido. Foi uma flexibilização de algumas das regras para gestão da realidade toponímica. -----

----- A cidade é muito heterogénea nas suas necessidades de valorização da memória pública. E um dos aspetos que se pretende, também, é ligar com maior proximidade, os territórios com os homenageados, também permitir uma maior intervenção nesse sentido e, portanto, quer no que respeita às regras do Regulamento de Toponímia, ou seja, a possibilidade de termos, como a Senhora Vereadora referia, regras tendencialmente claras quando, por exemplo, ao período de tempo que é necessário aguardar até à atribuição de uma designação, a regra geral que em princípio não se fazem alterações de topónimos já atribuídos, o que é facto é que também se introduz no regulamento a possibilidade de flexibilizar estas regras para acautelar as necessidades de uma cidade que cada vez tem menos espaços, menos arruamentos para dar a designação. -----

----- Por outro lado, também, é de saudar a capacidade de encontrar uma solução quanto ao funcionamento da Comissão de Toponímia, que permita reforçar a representatividade sem pôr em causa o funcionamento e a funcionalidade da Comissão. Havia várias propostas e a Comissão foi, particularmente, enfim, fizemos bastantes sugestões no sentido de alargamento da dimensão da Comissão, mas efetivamente, mais inclusão de tantos representantes poderia prejudicar a agilidade que a Comissão deve ter. Portanto, a solução encontrada em que se reforça a presença dos representantes das Juntas de Freguesia se abre, também, a presença a outras instituições de ensino superior universitário público, o caso do ISCTE, e em que se prevê que os Presidentes de junta que vão integrar a Comissão funcionem como o ponto de contacto com as associações de moradores e com outras entidades que podem, e naturalmente terão contributos relevantes para as opções em matéria de toponímia, parece que a solução encontrada é equilibrada e feliz por isso mesmo. -----

----- Por outro lado, aproveitou-se também o parecer, tendo em conta que fechamos de alguma maneira a intervenção, nesta fase, da Assembleia e da Câmara Municipal, aproveitou-se para transformar algumas das sugestões e algumas das recomendações que vinham formuladas na primeira versão e dirigi-las à Comissão de Toponímia que

DRAFT

iniciará funções uma vez reconfigurada, ou seja, muito do que é relevante sobre o que teremos de refletir nos próximos anos, não terá que ser necessariamente uma reflexão só da Câmara, ou só da Assembleia, a própria Comissão de Toponímia deve ser convidada a participar connosco a rever algumas das suas práticas, portanto, reorientamos algumas das sugestões e reencaminhamo-las, também, para a Comissão de Toponímia para também fazer este esforço de valorização da memória coletiva da Cidade de Lisboa, utilizando a toponímia como um veículo para esse mesmo fim. -----

----- Depois, finalmente, a questão da uniformização e de regras mais claras para guiarem as tarefas das Juntas de Freguesia na tarefa de colocação e recolocação das placas toponímicas, também é relevante. Ou seja, passamos a ter na postura municipal regras mais densas e vinculativas quanto ao modelo das placas a utilizar nos variados pontos da cidade, procurando alocar cada bairro a cada característica a um determinado modelo de placas toponímicas como já vem sendo a prática da Câmara, mas que agora fica efetivamente traduzida no regulamento. -----

----- Nós, Presidentes de Junta, agradecemos estes elementos e o guião de colocação de placas que é um elemento relevante para que, também, esta descentralização não corresponda a uma desarmonização das práticas seguidas na Cidade de Lisboa, até agora. -----

----- Finalmente, e também para concluir, saudamos, também, o interesse em valorizar outras formas de através da sinalética e através da identificação de espaços relevantes na Cidade de Lisboa, fazer a valorização da memória coletiva da nossa cidade. E é uma feliz coincidência que seja na semana em que esta sexta-feira irá ser desencadeado, também, um processo de identificação de sinalética uniformizada a propósito da cerca da cidade que também aprovemos este mesmo regulamento, esta postura em sede de Assembleia Municipal, mostrando que estamos todos a convergir no mesmo sentido. -----

----- Para os residentes, para quem nos visita, ter traços que identificam com clareza a cidade e que são marcas da memória da cidade é seguramente positivo pelo que estamos todos de parabéns pelos resultados obtidos porque é de facto, equilibrado e representará uma mais-valia para a cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, aludiu o seguinte: -----

----- “A Mesa não tem registos de pedidos de palavra. Não temos Senhores Deputados inscritos, portanto, houve um trabalho de fundo, como já se aperceberam, feito pela Comissão, depois um diálogo com a Câmara e a Câmara alterou a proposta inicial de acordo com as recomendações da Comissão, estão aqui mais umas pistas para a Comissão de Toponímia e, posto isto, estamos em condições de votar a **Proposta n.º 162-A/CM/2014**, que altera a proposta inicial, **162/CM/2014**. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 162-A/CM/2014**, não há votos contra, não há abstenções, os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO 3 - PROPOSTA N.º 441/CM/2014 – CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE**

LISBOA E A JUNTA DE FREGUESIA DO BEATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (GRELHA BASE – 34 m);-----

----- (A Proposta nº 441/CM/2014 fica anexada à presente Ata como **anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 5ª Comissão, Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais fica anexado à presente Ata como **anexo XII** e dela faz parte integrante)---

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Câmara propôs à Assembleia que autorize um contrato de delegação de competências com a Junta de Freguesia do Beato a fim de esta promover a realização das obras necessárias à construção de um edifício destinado à instalação de um posto de limpeza urbana nessa freguesia, bem como a aprovação de uma minuta de contrato com a afetação de uma verba específica para tal efeito. -----

----- A questão da necessidade de construção, no Beato, de um edifício de suporte exclusivamente destinado à limpeza urbana, sendo naturalmente pacífico, indicia, não só, as fragilidades da não adequada preparação das transições originadas pela Reforma Administrativa da cidade, como denota, acima de tudo, carência de equipamentos municipais deste género, disseminados pela cidade. Pelo que é espectável que a resolução de situações similares noutras freguesias implique a muito breve trecho, a assinatura de contratos interadministrativos semelhantes de delegação de competências com outras juntas. -----

----- No caso presente, como a Junta de Freguesia não comporta recursos e meios técnicos necessários para apoio na elaboração dos projetos necessários à edificação dessas instalações, nem possui os meios financeiros para suportar a realização deste projeto, a Câmara, de acordo com a alínea a), da cláusula 4ª, da minuta de contrato disponibiliza-se a prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos projetos e, de acordo com o nº 1, da cláusula 5ª, da mesma minuta, propõe-se afetar à Junta o montante de duzentos e cinquenta mil euros. -----

----- Ora, nesta proposta 441/2014, a alínea d), dos considerandos da minuta de contrato estima que a realização dos projetos de especialidades e de construção do edificado ascendam a uma verba de trezentos e quarenta e sete mil novecentos e oito euros. E é nessas tarefas e na disparidade dos valores que subsiste a dúvida residual embora deveras relevante. -----

----- Se as tarefas implicam uma despesa calculada de trezentos e quarenta e sete mil novecentos e oito euros, mas a Câmara apenas transfere para a Junta uma verba de duzentos e cinquenta mil euros, pergunta-se, quem assume o pagamento dos remanescentes noventa e sete mil novecentos e oito euros?-----

----- Confrontados com esta indefinição “Os Verdes” questionam se os duzentos e cinquenta mil euros se destinam, apenas, à construção do edificado pela Junta do Beato? -----

DRAFT

----- Os sobrantes noventa e sete mil novecentos e oito euros, correspondem ao apoio técnico da Câmara na elaboração do projeto de arquitetura e é assumida pela vereação? Ou terá o executivo da Junta assumir o compromisso orçamental com aquele diferencial?-----

----- Conviria, por isso, Senhor Vereador, clarificar estas, e minutas futuras, visto que são previsíveis novas celebrações de contratos de delegações de competências com outras Juntas de Freguesia.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -

----- “Referir que é muito explícito que o valor que a Câmara transferirá para a Junta de Freguesia corresponderá áquilo que será o custo real da obra concluída, incluindo todas as despesas necessárias, pelo que terá de haver um acerto em função daquilo que for o valor final. Portanto, independentemente do custo que está estimado, estipulou-se uma transferência de duzentos e cinquenta mil euros, mas depois veremos, efetivamente, qual será o custo real da obra. Por isso é que a primeira tranche está definida este ano no valor mais reduzido temos poucos meses para executar até ao final do ano, no próximo ano uma tranche no valor de cem mil euros e depois no ano seguinte, um valor corrigido em função do custo real.-----

----- Portanto, nesta matéria nós não temos nenhum preconceito em relação á capacidade, á execução, quer do projeto, quer da obra, da Junta de Freguesia, portanto, acho que é um protocolo de delegação de competências que permitirá dotar a única Junta de Freguesia que não tinha um posto de limpeza, e dizer-lhe, também, que é um caso único na cidade, não rejeitando a possibilidade de realizar futuros protocolos de delegação de competências semelhantes com outras Juntas de Freguesia em matérias que digam respeito à modernização de postos de limpeza ou a elaboração de novos postos de limpeza.-----

----- Existe um plano de modernização de postos da limpeza da cidade, e isso estava previsto em algumas situações, em algumas freguesias. Portanto, é verdade que não existia uma distribuição homogénea de instalações pelas Juntas de Freguesia, aquilo que diz é um facto, nós nunca procuramos desmentir, e o caso da Junta de Freguesia do Beato era o caso mais gritante, digamos assim, porque não tinha qualquer tipo de instalação pelo que era quilo que era necessário resolver em primeiro lugar.-----

----- Mas que não fique qualquer dúvida que não haverá escassez de recursos nem de capacidade técnica da parte da Junta de Freguesia para a realização do posto de limpeza, isso será salvaguardado, porque nós próprios daremos todo o apoio necessário para a realização do projeto. E se houver algum problema do ponto de vista orçamental, a terceira tranche irá corrigir essa diferença do ponto de vista de valores. --

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Este alerta até nem é meu, foi colocado pela Senhora Deputada Ana Sofia Oliveira Dias em sede de Comissão, e eu estava à espera que ela fizesse a intervenção mas julgo que não está presente, de momento, julgo, e trata-se da validade da

declaração de fundos disponíveis que caducou em trinta e um de julho de 2014, e já estamos em setembro.”-----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, essa é uma questão processual que não estamos em condições de esclarecer aqui. Vamos prosseguir e se houver algum problema, se for necessário retificar novamente, faremos uma repetição da votação. -----

----- Mas, não vamos perder tempo nessa questão, agora. Terá que ser acautelado, obviamente, Senhor Vereador. O Senhor Deputado tem razão em levantar a questão, pelo que terá de ser acautelado. Se houver algum problema, traremos aqui para renovar a deliberação. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 441/CM/2014**, não há votos contra, abstenção do CDS-PP, os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPB e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**. -----

----- **PONTO 4 - PROPOSTA Nº 487/CM/2014 – AUTORIZAR A ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DO CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO RESPEITANTE À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E MANUTENÇÃO CORRETIVA DO TÚNEL DO MARQUÊS DE POMBAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA, NOS TERMOS DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE – 34 m)**: -----

----- (A **Proposta nº 487/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há pedidos de palavra, pelo que vamos pôr à votação **Proposta nº 487/CM/2014**, não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP e do PAN, os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PNPB e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 5 - PROPOSTA Nº 488/CM/2014 – AUTORIZAR A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESOBSTRUÇÃO E INSPEÇÃO DE COLETORES DO MUNICÍPIO DE LISBOA, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO; (GRELHA BASE – 34 m)**: -----

----- (A **Proposta nº 488/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no âmbito da apresentação da proposta, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente a esta proposta, é uma proposta simples de aquisição um encargo plurianual de um serviço fundamental para a vivência quotidiana da cidade que é a desobstrução e a inspeção dos coletores do Município de Lisboa. -----

DRAFT

----- É algo que é feito anualmente e que vem em linha, trabalho com outros serviços em curso. -----

----- Já este ano fizemos a desobstrução de vinte e um canais na Cidade de Lisboa, em zonas críticas que se não tivessem ocorrido e não tivessem sido feitas com certeza, a situação de ontem teria sido muito mais grave, e penso que isso foi bastante importante. Aliás, já no ano passado este tipo de prestação de serviços permitiu à Cidade de Lisboa enfrentar com mais facilidade as intempéries que ocorreram durante o período invernal e com a dimensão que tiveram, se não tivessem havido estas intervenções com certeza teríamos tido situações muito mais graves. -----

----- Esta proposta irá permitir continuar este esforço. Neste momento estão identificadas treze ruas em Lisboa que serão já, logo que isto seja aprovado no início do ano, irá para fase de concurso, naturalmente, serão as áreas que irão ser intervencionadas e que estão identificadas pelos serviços como prioridade imediata.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Já o Senhor Vereador se referiu a esta proposta que se cruza diretamente com o fenómeno que ocorreu ontem na Cidade de Lisboa, e eu gostaria começar por me referir ao Senhor Deputado Manuel Lage, do PS, e dizer-lhe que se ele tivesse sido, ontem, arrastado pelas águas na Rua de S. José, ou se o seu carro tivesse ficado a boiar na Praça de Espanha, não classificaria de politiquices o facto de algumas forças, nesta Assembleia, se referirem ao que se passou na cidade ontem. -----

----- Concordamos com o que disse o Senhor Vereador à pouco, que houve uma conjugação de fatores, chuva intensa, num curto espaço de tempo, também verificamos, e houve maré alta e, portanto, o Senhor Presidente, em Coimbra, também se referiu a este azar que Lisboa ontem assistiu. -----

----- Mas queremos informar o Senhor Presidente e o Senhor Vereador, e lamentar, mas vai voltar a chover, vai voltar a acontecer num curto espaço de tempo e parece que as marés vão voltar a ser altas e isso acontece de doze em doze horas. -----

----- A questão que se coloca é se queremos discutir o problema de forma séria, e se queremos, ou não, encontrar soluções para este problema. -----

----- Reduzir o problema à resposta que nos foi dada à pouco, pelo Senhor Vereador, em que há uma conjugação de fatores, e referiu-se, apenas, à falta de resposta, e à falta de informação do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, como um dos fatores que contribuiu para a calamidade a que se assistiram nas ruas de Lisboa, ontem, é claramente fugir à questão, e não querer olhar e encontrar soluções. -----

----- E eu pergunto, ao Senhor Vereador e ao Senhor Presidente, se a maré cheia teve alguma influência na Praça de Espanha, nas Avenidas Novas, ou no Campo Grande? Porque se teve, nessa altura, a famosa janela do Senhor Presidente da Câmara, nos Paços do Concelho, estaria submersa há muito tempo. -----

----- Se queremos, de facto, encontrar soluções não vale a pena alegar que houve maré cheia. Não podemos deixar à sorte dos deuses a conjugação de fatores anómalos. -----

----- Primeiro, a Câmara Municipal de Lisboa e a nós como órgão a quem compete fiscalizá-la, convém reunir a informação disponível. E a informação disponível é

DRAFT

muita, existe uma carta de vulnerabilidade ao risco de inundação, em que a Câmara Municipal participou, em conjunto com a proteção civil, existe um estudo recente da Universidade de Lisboa que classifica várias das zonas de Lisboa com nível de risco em inundação, este estudo é de maio de 2014, e existe também ERSAR que tem trabalhado sobre esta matéria e que, de forma anómala, se queixou do facto da Câmara Municipal de Lisboa não ter prestado qualquer informação, aliás, foi a única entidade do país que não prestou qualquer informação sobre o saneamento, águas residuais e pluviais, e portanto, não contribuiu para o relatório, o único que se conhece até hoje, dos dados de 2012, para que se pudesse fazer uma avaliação dos fatores de risco. -----

----- Por último, importa saber, também, qual a posição do Senhor Presidente, porque o executivo tinha como uma das prioridades da Câmara Municipal de Lisboa a venda à EPAL do saneamento em baixa. Sabemos que essa prioridade deixou de o ser, mas também conseguimos prever o que seria entregar a uma entidade privada a capacidade de investimento e de manutenção do saneamento em Lisboa. -----

----- Portanto, o problema das cheias não se resolve com a distribuição de culpas. O Instituto Português do Mar e da Atmosfera fez o que pode. O SMS não chegou a tempo, mas não é com essa antecipação de algumas horas que se resolve um problema estrutural de inundações na Cidade de Lisboa. -----

----- A lógica urbanística que Lisboa tem seguido tem de ser invertida, a lógica de impermeabilização dos solos tem de ser contrariada, têm de ser criadas infraestruturas que consigam responder a estes caudais de cheias, capacidade de infiltração e de retenção são prioridades que conseguem resolver este problema. -----

----- Não é politiquice tentar discutir este problema, é sim sacudir a água, que é muita, do capote.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sem prejuízo de passar a palavra ao meu colega, Vereador Carlos Castro, que foi diretamente identificado na intervenção do Deputado Ricardo Robles, só gostaria de dar nota de duas situações que me parecem relevantes. -----

----- Em primeiro lugar, a posição da ERSAR em relação à Cidade de Lisboa, penso que exagerou um pouco em relação ao filme que fez sobre a informação que foi, e está a ser disponibilizada. De facto, tudo isto é muito novo e estamos ainda numa fase embrionária de tudo o que é gestão da ERSAR sobre a rede de saneamento, e o caso particular de Lisboa, Lisboa é um caso muito específico, temos uma rede antiga, com grandes zonas mal cadastradas, pelo que estamos a trabalhar nisso. E, portanto, eu próprio com o Presidente da ERSAR tenho trocado contatos relativamente à informação que estamos a disponibilizar, e dei ordens ao serviço para que melhor a sua capacidade de informação, articulando com os nossos sistemas de informação geográfica, melhorando o cadastro da rede de saneamento para permitir-mos, cada vez mais, uma melhor informação à entidade reguladora que, para mim é fundamental que isso ocorra. -----

----- De facto, os dados de 2012 não comparam positivamente com outras autarquias de menor dimensão, onde tudo é mais novo e mais recente, e não tem as competências

DRAFT

da Cidade de Lisboa. Mas os dados de 2013, penso que já estão disponíveis, pelo menos já os entregámos à ERSAR e julgo que os mesmos foram disponibilizados no Congresso Municipal da Água, já tinham muitos mais dados e estamos a trabalhar determinados para que com as equipas dos sistemas de informação geográfica, para que melhorem a qualidade a este nível porque é fundamental para a melhoria do processo na Cidade de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos ser objetivos naquilo que se passou ontem, e aquilo que se passou ontem foram duas horas intensas, não estamos a falar nem de dois minutos, nem de vinte, foram duas horas intensas que também conjugou na zona sul da cidade, isto é na zona ribeirinha com a praia mar.-----

----- Como deve calcular, face à precipitação há uma situação anormal, e eu repito aquilo que disse quando á pouco intervir neste Plenário, eu não culpei nem acusei ninguém, aquilo que alguma comunicação social passou foi parte da minha intervenção, porque o que eu fiz foi apenas o enquadramento da situação. O distrito de Lisboa estava sob aviso amarelo e só posteriormente é que estava sob aviso laranja. Nós não estamos aqui a sacudir a água do capote, como repeti, e vamos ser objetivos, se eu tivesse a sacudir a água do capote era se a cidade estivesse um caos. O Senhor Deputado pode querer ver aqui coisas que não existem. O que se passou ontem, e não foi sacudir a água do capote, foi uma necessidade de procurar intervir de acordo com o que foram os alertas lançados, independentemente desses alertas, verificou-se no terreno fruto de uma boa articulação entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Juntas de Freguesia da cidade que houve uma boa intervenção face às situações anormais, mas podemos fazer uma análise mais aprofundada daquilo que se passou ontem, por que efetivamente, temos de fazer.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa e as Juntas de Freguesia, face ao que aconteceu ontem souberam responder, porque em outras circunstâncias, estaria aqui com todo o respeito e com todo o direito, Senhor Deputado, como qualquer um dos Deputados aqui, a reivindicar porque é que a cidade ainda não tinha regressado ao ponto de normalidade que devia de estar. E face ao que aconteceu ontem, a cidade ontem, duas ou três horas depois daquele acontecimento, voltou à normalidade e o Regimento de Sapadores de Bombeiros e os Serviços Municipais também em conjunto com os trabalhadores das Juntas de Freguesia corresponderam às necessidades.-----

----- Portanto, vamos ser objetivos, não há distribuição de culpas. O que há é procura de soluções e este tem de ser de todos nós, e não só apenas de alguns.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Não há mais pedidos de palavra, pelo que vamos pôr à votação **Proposta nº 488/CM/2014**, não há votos contra, abstenções do PSD e MPT, os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, CDS-PP, PAN, PNPN e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- PONTO 6 - PROPOSTA Nº 489/CM/2014 – AUTORIZAR REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E PRODUTOS AFINS PARA A FROTA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, DOS N.ºs 1 E 6 DO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALINEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE – 34 m); -----

----- (A Proposta nº 489/CM/2014 fica anexada à presente Ata como anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- Não há mais pedidos de palavra, pelo que vamos pôr à votação Proposta nº 489/CM/2014, não há votos contra, abstenção do PSD, os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, CDS-PP, PAN, MPT, PNP e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria.**-----

----- PONTO 7 - PROPOSTA Nº 490/CM/2014 – AUTORIZAR REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE 2 A 3 VEICULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS DE PASSAGEIROS COM PROPULSÃO HIBRIDA PELO PERÍODO DE 60 MESES, NOS TERMOS DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, DOS N.ºs 1 E 6 DO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALINEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE – 34 m); -----

----- (A Proposta nº 490/CM/2014 fica anexada à presente Ata como anexo XVI e dela faz parte integrante)-----

----- Não há mais pedidos de palavra, pelo que vamos pôr à votação Proposta nº 490/CM/2014, não há votos contra, abstenção do PSD, os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, CDS-PP, PAN, MPT, PNP e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria.**-----

----- PONTO 8 - PROPOSTA Nº 508/CM/2014 – AUTORIZAR A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA E DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA – ANO LETIVO 2014-2015, NOS TERMOS DA ALINEA B) DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALINEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012,

DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; (GRELHA BASE – 34 m):-----

----- (A **Proposta nº 508/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há mais pedidos de palavra, pelo que vamos pôr à votação **Proposta nº 508/CM/2014**, não há votos contra, não há votos de abstenção, os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, CDS-PP, PAN, MPT, PNPN e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Senhores Deputados, entramos agora nos aditamentos à Ordem de Trabalhos. -----

----- Há aqui um conjunto de propostas que têm parecer da 1ª Comissão Permanente, são propostas relacionadas com património, constituição de direito de superfície e várias afetações e desafetações do domínio público. -----

----- O Senhor Vereador Manuel Salgado pediu-me para transmitir à Comissão que hoje, a partir das dezoito horas, tem uma reunião na Junta de Freguesia de Alcântara sobre o Plano de Urbanização de Alcântara, na sequência da retirada da proposta, ou adiamento da proposta e, portanto não podia estar presente. -----

----- Pergunto, em todo o caso, se estamos em condições de apreciar estas matérias? A Câmara está em condições de responder. Ninguém objeta.-----

----- Vamos então apreciar estas matérias. Se houver alguma dúvida, será esclarecida com certeza.-----

----- **PONTO 9 - PROPOSTA Nº 362/CM/2014 – AUTORIZAR A CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE A PARCELA DE TERRENO SITA NA AZINHAGA DA FONTE VELHA, QUINTA DOS AZULEJOS, PACO DO LUMIAR, A FAVOR DO COLÉGIO MANUEL BERNARDES E O PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DO PREÇO DEVIDO PELA CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (GRELHA BASE – 34 M)**-----

----- (A **Proposta nº 362/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo XVIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo XIX** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrocínia César (PS)** na qualidade de relatora do Parecer da 1ª Comissão Permanente, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da proposta 362/CM/2014, e da sua remessa pela Senhora Presidente da Assembleia à Comissão de Finanças, a qual elaborou um parecer cujas conclusões passo a ler.-----

----- Analisada a proposta de constituição de direito de superfície a favor do Colégio Manuel Bernardes, a Comissão de finanças decidiu que a proposta cumpre os requisitos legais exigíveis à concretização do procedimento de constituição do direito

DRAFT

de superfície, encontrando-se os termos e condições acordados para a constituição do tal direito de superfície em consonância com o modelo jurídico adotado pelo município nos últimos anos, para situações idênticas.-----

----- A utilização gratuita dos equipamentos desportivos pela comunidade local representa uma contrapartida adequada, devendo, no entanto, ser formalizado por protocolo com a Junta de Freguesia do Lumiar os termos de utilização dos mesmos de forma a facilitar a ambas as partes a gestão e acesso às referidas infraestruturas. -----

----- Recomenda-se o alargamento das entidades a consultar na fixação dos critérios de seleção dos alunos carenciados a admitir no colégio no quadro das contrapartidas, de forma a incluir outras entidades locais com trabalho social, sugerindo-se o enquadramento do processo na Comissão Social da Freguesia do Lumiar. -----

----- Face ao anteriormente exposto, penso que a proposta está em condições de ser votada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Desde 1981, que o Colégio Manuel Bernardes tem as suas instalações desportivas num terreno municipal adjacente ao colégio. Estamos a falar de um terreno com nove mil e setecentos metros quadrados, que está avaliado pela própria Câmara Municipal em dois mil quinhentos e sessenta e sete milhões de euros.-----

----- Aquilo que se levanta, neste momento, como questão, e razão suficiente para baixar à 6ª Comissão Permanente, tem a ver com várias questões: uma é o valor total implícito de benefícios que se traduzem neste direito de superfície. Receamos, tal como foi levantado em reunião de câmara, brevemente, outras entidades possam reclamar benefícios idênticos o que implicará, necessariamente, uma degradação substancial do património municipal. Por outro lado, acreditamos que os termos desta proposta, ou deste contrato, não estão suficientemente claros sobretudo naquilo que nos diz mais respeito e que foram, as contrapartidas sociais, pode ter interpretações extremamente diversas. Fala-se de um período de atribuição por cinquenta anos, com vinte e cinco anos renováveis. Fala-se de um valor global de pagamento deste direito de superfície, mas não se refere se passados esses cinquenta anos, cada vinte e cinco anos adicionais, vão ter mais alguma compensação. Isto não é referido em parte nenhuma.-----

----- Portanto, acreditamos que o texto em si está redigido de forma insuficiente para clarificar os termos deste contrato.-----

----- Por outro lado, em termos de compensações de natureza social, sinceramente três pessoas a quem se pede para dar uma interpretação, aparecem-me três interpretações diferentes; uns acham que os três alunos que estão aqui referidos, são três alunos por ano letivo, ou seja no ano letivo 2014-2015 entram três alunos. Outras referem que são três alunos por ano lecionado internamente na escola, ou seja, a 1ª classe, a 2ª classe, a 3ª classe, portanto se tivermos dez anos de leccionamento, teríamos trinta alunos, ou seja, cada pessoa a quem se pede uma interpretação relativamente a este ponto, dá uma resposta diferente.-----

DRAFT

----- Queria terminar dizendo que aquilo que está aqui implícito desde a degradação de valor patrimonial realizada pelo próprio PDM até à redução de 50% que está implícita, relativamente ao valor de avaliação da Câmara, estamos aqui a falar de cerca de nove milhões implícitos de benefícios que serão impossíveis de dar a outras entidades. Assim, consideramos que esse dinheiro era melhor servido em incentivos sociais patrocinados pela Câmara Municipal quando pensamos sobretudo, que um “BIP ZIP”, teve um impacto brutal, teve direito a um milhão e quinhentos mil euros, imagine-se o que se podia fazer com este dinheiro. -----

----- Termino, pedindo formalmente a descida desta proposta para esclarecer todos estes pontos, à 6ª Comissão Permanente.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Estamos perante uma proposta concreta do Grupo Municipal o PAN no sentido desta proposta que foi apreciada pela 1ª Comissão, baixar também à 6ª Comissão pelos motivos que o Senhor Deputado evocou. -----

----- Ela foi apenas à 1ª Comissão porque isso é o procedimento normal, as propostas em matéria de património vão sempre à 1ª Comissão. -----

----- Havendo este pedido, a Mesa tem de colocar à vossa consideração, pelo que a Mesa vai colocar à votação do Plenário a proposta do Senhor Deputado Miguel Santos no sentido da baixa desta proposta à 6ª Comissão, que é a Comissão Permanente dos Direitos Sociais e Cidadania.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A proposta em princípio, não me suscitaria grandes dúvidas. Mas perante as observações feitas pelo Senhor Deputado do PAN, eu penso que é absolutamente necessário que se clarifique para que não restem dúvidas relativamente às questões que ele levantou. -----

----- E para nós, não é por mais oito dias que a situação se degrada.-----

----- Portanto, acho preferível baixar à 6ª Comissão para que fosse analisada e depois votaríamos com mais segurança.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Poderia ser útil para efeitos desta matéria, dizer que a Câmara Municipal não se opõe às sugestões do relatório, de alargar as entidades ocultadas para efeitos das contrapartidas, nomeadamente, a Comissão Social da Freguesia.”-----

----- **A Senhora Presidente**, referiu o seguinte: -----

----- “Vamos votar esta proposta do PAN, votos contra do PS e 6IND, abstenção do PNPN, os votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV, CDS-PP, PAN e MPT. Portanto, a proposta foi **rejeitada**. -----

----- Portanto, a proposta não vai baixar à 6ª Comissão, não teve a maioria, e vai ser apreciada neste momento.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

DRAFT

----- “No início da passada década de oitenta, o município autorizou a ocupação pelo Colégio Manuel Bernardes de uma parte de um terreno municipal adjacente às instalações do colégio, sito junto ao Paço do Lumiar, nas Quintas dos Azulejos de Santo António, destinado a uma parte para exploração agrícola, e o restante para campos de jogos dos alunos. -----

----- O colégio procedeu à construção de dois recintos polidesportivos e de um campo de futebol, sendo agora sua intenção proceder à ampliação dessas instalações com a construção de um edifício coberto com edifício desportivo multidimensional e respetivo equipamento de apoio, bem como de um recinto aberto polidesportivo. -----

----- O colégio aceita vir a disponibilizar para usufruto desses espaços aos residentes locais, após a assinatura de um protocolo com a Junta de Freguesia do Lumiar. -----

----- Acontece que a zona circundante ao Paço do Lumiar carece de espaços capazes de assegurar a oferta de instalações desportivas que sirvam a população residente, pelo que a reabilitação desta zona com reorganização dos campos de jogos existentes, com a construção de um polo desportivo, de um pavilhão gimnodesportivo polivalente, mais um campo de futebol de onze, um campo de ténis e respetivos equipamentos de apoio, poderá constituir uma mais-valia, quer para a população escolar, quer para a população residente.-----

----- A parcela de terreno em questão insere-se na classe de equipamentos de acordo com o regulamento do PDM em vigor, e tem igual classificação na Carta Desportiva Municipal.-----

----- A Câmara prevê, ainda, aquando da eventual extinção do direito de superfície, o terreno com todas as construções e equipamentos instalados e bem feitorias, reverterá para uso do município de Lisboa livre de quaisquer ónus ou encargos sem que seja vido superfície e área qualquer indemnização. -----

----- Segundo as condições do direito de superfície anexas à proposta nº 362/CM/2014, o colégio fica obrigado a acolher um determinado número de alunos no âmbito do seu programa de bolsas destinadas a famílias carenciadas da zona, para frequência nos diversos níveis de escolaridade.-----

----- A escolha desses alunos será efetuada com base num critério previamente definido com a Junta de Freguesia, a paróquia, o próprio colégio e um eventual apoio do município. -----

----- O colégio fica, ainda, obrigado a ceder gratuitamente à Junta ou ao Município de Lisboa as suas instalações desportivas em períodos a acordar entre as partes para atividades e eventos de cariz desportivo.-----

----- No caso presente, e ao contrário do que transparece vir a acontecer, com o futuro Colégio Mira Rio, também no Lumiar, que esta Assembleia aqui analisou aquando da proposta nº 173/CM/2014, o Manuel Bernardes parece abrir-se à freguesia e aos residentes em particular o que poderá significar uma vantagem, tanto para a população escolar, como para a população residente. -----

----- “Os Verdes” gostariam, por isso, de para além de subscrever o parecer da Comissão, e para além de aceitar as pertinentes reticências já aqui apresentadas por outros Grupos Municipais, por isso votamos a favor da baixa à Comissão, também

DRAFT

gostaria de sugerir que o protocolo a rubricar entre a Junta de Freguesia e o Colégio, que desse protocolo seja dado conhecimento a esta Assembleia para acompanhamento.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente**, referiu o seguinte:-----

----- “Não há mais pedidos de palavra, pelo que vamos pôr à votação **Proposta nº 362/CM/2014**, votos contra do PSD e PAN, abstenções do PCP, PEV e BE, os votos a favor do PS, CDS-PP, PNPN, MPT e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- O PSD diz que pretende apresentar, oralmente, uma Declaração de Voto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção no âmbito de uma **Declaração de Voto**:-----

----- “*O Partido Social Democrata lamenta a obstrução que foi feita pelo Partido Socialista, relativamente à possibilidade desta proposta ser mais clarificada e que as dúvidas aqui suscitadas pelo PAN pudessem ser esclarecidas, não devendo restar dúvidas de ninguém, não votando favoravelmente a proposta de baixa à comissão, o que atrasaria, eventualmente, uma semana.*-----

----- *É curioso que esta proposta é subscrita pelo Vereador Manuel Salgado o qual não está presente, a uma cerimónia a que todos fomos convidados, Senhora Presidente, eu também recebi um convite de Vossa Excelência para estar presente na Junta de Freguesia de Alcântara na apresentação do PUA, e como deve calcular é uma apresentação que também me interessaria a mim, pessoalmente.*-----

----- *Se nós nos condescendemos nisso, e o PS numa falta de transparência democrática a que não estou habituado, de facto, inviabilizou que esta proposta baixasse à Comissão e é essa a nossa única razão do nosso voto contra.*”-----

----- **A Senhora Presidente**, referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos para uma Declaração de Voto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção no âmbito de uma **Declaração de Voto**:-----

----- “*Gostava apenas de dizer que, absolutamente nada, nos move contra o colégio em questão. Apenas pedimos a baixa à Comissão para podermos votar em consciência uma vez que tínhamos sérias dúvidas em relação ao seu conteúdo, tínhamos e temos, e não foram esclarecidas durante a discussão desta proposta e como tal, não nos resta votar contra, uma vez que votar a favor, ou abstermo-nos, uma vez que significaria concordar no limite, uma vez que os nossos receios com uma delapidação do património municipal.*-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente**, referiu o seguinte:-----

----- “Temos, agora, um conjunto de proposta de afetação, e desafetação, do domínio público que foram apreciadas pela 1ª Comissão e que têm um parecer conjunto.-----

----- Pergunto se podemos fazer a discussão conjunta destas propostas? Estamos a falar do ponto dez até ao ponto catorze da nossa Ordem de Trabalhos; as propostas

DRAFT

358, 419, 420, 421 e 422. Se não houver objeções, pergunto se a Câmara quer fazer a apresentação conjunta destas propostas? A Câmara prescinda da apresentação. -----

----- Há um parecer da 1ª Comissão Permanente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É só para pedir que a discussão e a votação das propostas seja, pela própria natureza delas, seja feita separadamente.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente**, referiu: -----

----- “Era isso que eu estava a perguntar precisamente. Não havendo consenso, terá que ser, obviamente, em separado. De qualquer maneira, o parecer é conjunto. Portanto, eu vou pedir uma apresentação do parecer, e não vou pedir a apresentação novamente do mesmo parecer, uma vez que ele é conjunto para todas as propostas referidas.”-----

----- **PONTO 10 - PROPOSTA Nº 358/CM/2014 – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE QUATRO PARCELAS DE TERRENO SITAS NA VILA CORREIA AO BOM SUCESSO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (GRELHA BASE – 34 M);**-----

----- (A Proposta nº 358/CM/2014 fica anexada à presente Ata como **anexo XX** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** conjunto das referidas propostas da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo XXI** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** na qualidade de relator do Parecer da 1ª Comissão Permanente, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, a relatora foi, efetivamente, a Deputada Maria Luísa Aldim, mas parece-me que as conclusões do relatório a nada acrescentam para o debate, pelo menos não tenho nenhum fator expressivo.-----

----- Mas se entender na mesma, poderei apresentá-lo.”-----

----- **A Senhora Presidente**, referiu: -----

----- “O parecer foi distribuído, toda a gente o tem. Mas pode o relator querer dar mais alguma explicação.-----

----- Não estando a relatora e a Presidente da 1ª Comissão prescinde de apresentar, vamos então entrar na apreciação em concreto de cada uma das propostas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “É para requerer a apresentação da proposta à Senhora Presidente, que a Câmara apresente a proposta.”-----

----- **A Senhora Presidente**, referiu: -----

DRAFT

----- “Eu peço desculpa, eu já perguntei à Câmara e a Câmara prescindiu da apresentação. O Senhor Deputado tem de estar a seguir o ritmo dos trabalhos. A Câmara prescindiu da apresentação eu não posso, neste momento, aceitar o seu requerimento. -----

----- Mas se faz muita questão nisso, também posso pôr à votação. Ou se me está a requerer que a Câmara faça a apresentação da proposta. -----

----- Já ouvimos a questão do parecer, é extemporâneo. -----

----- Pergunto se o Senhor Vereador Duarte Cordeiro se quer pronunciar sobre esta matéria? -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -

----- “Não. A Câmara prescinde da apresentação das propostas.” -----

----- **A Senhora Presidente**, referiu: -----

----- A proposta foi apresentada na 1ª Comissão. -----

----- A Câmara não quer fazer a apresentação, pelo que a Mesa não pode obrigar a Câmara a fazer a apresentação. -----

----- Portanto, vamos prosseguir. Estamos na apreciação da proposta **358/CM/2014**. Pergunto se existem inscrições? Não vejo pedidos de palavra. Vamos pôr à votação a **Proposta 358/CM/2014**. Não existem votos contra, abstenções do PSD e do CDS-PP, e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, MPT e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**. -----

----- **PONTO 11 - PROPOSTA N.º 419/CM/2014 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO NA RUA DE CAMPOLIDE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (GRELHA BASE – 34 M);** -----

----- (A Proposta n.º 419/CM/2014 fica anexada à presente Ata como **anexo XXII** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa pergunta se há pedidos de palavra? -----

----- Não vemos pedidos de palavra, vamos pôr à votação a **Proposta n.º 419/CM/2014**. Não existem votos contra, abstenções do PSD e do PEV, e os votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PNP, MPT e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 12 - PROPOSTA N.º 420/CM/2014 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DA PARCELA DE TERRENO NA PRAÇA NUNO GONÇALVES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (GRELHA BASE – 34 M);** -----

----- (A Proposta n.º 420/CM/2014 fica anexada à presente Ata como **anexo XXIII** e dela faz parte integrante)-----

DRAFT

----- A Mesa pergunta se há pedidos de palavra? -----

----- Não vemos pedidos de palavra, vamos pôr à votação a **Proposta n° 420/CM/2014**. Não existem votos contra, abstenções do PSD e do PEV, e os votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PNP, MPT e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 13 - PROPOSTA N° 421/CM/2014 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PRÉDIO NA RUA NOVA DO ALMADA, N° 45-A, E DE PRÉDIO NA AVENIDA INFANTE SANTO, N° 62, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (GRELHA BASE – 34 M);**-----

----- (A **Proposta n° 421/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo XXIV** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa pergunta se há pedidos de palavra? -----

----- Não vemos pedidos de palavra, vamos pôr à votação a **Proposta n° 421/CM/2014**. Não existem votos contra, abstenções do PSD e do PEV, e os votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PNP, MPT e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 14 - PROPOSTA N° 422/CM/2014 – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS DE TERRENO, UMA NA RUA DE S. TOMÉ E A OUTRA NA RUA DE SANTANA À LAPA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (GRELHA BASE – 34 M);**-----

----- (A **Proposta n° 422/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo XXV** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa pergunta se há pedidos de palavra? -----

----- Não vemos pedidos de palavra, vamos pôr à votação a **Proposta n° 422/CM/2014**. Não existem votos contra, abstenção do PSD, e os votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 15 - PROPOSTA N° 407/CM/2014 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA RECONVERSÃO URBANÍSTICA DAS ÁREAS URBANAS DE GÊNESE ILEGAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, DO ARTIGO 49º DO REGIME JURÍDICO DAS ÁREAS URBANAS DE GÊNESE ILEGAL, APROVADO PELA LEI N° 91/95, DE 2 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N° 165/99, DE 14 DE SETEMBRO, PELA LEI N°**-----

DRAFT

64/2003, DE 23 DE AGOSTO, PELA LEI Nº 10/2008, DE 20 DE FEVEREIRO, E PELA LEI Nº 79/2013, DE 26 DE NOVEMBRO, E AINDA DOS ARTIGOS 116º A 118º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 442/91, DE 15 DE NOVEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 6/96, DE 31 DE JANEIRO (GRELHA BASE – 34 M);-----

----- (A Proposta nº 407/CM/2014 fica anexada à presente Ata como **anexo XXVI** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 3ª Comissão, Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata como **anexo XVII** e dela faz parte integrante) -----

----- Pergunto à Câmara se quer fazer a apresentação da proposta? -----

----- A Câmara prescinde da apresentação da proposta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** na qualidade de relator do parecer da 3ª Comissão, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta proposta visa algumas alterações ao Regulamento relativo às Áreas Urbanas de Génese Ilegal. -----

----- Todos sabemos que tem sido um trabalho muito apurado da Câmara Municipal no sentido de resolver este problema, esta mancha da Cidade de Lisboa que são as áreas de génese ilegal com problemas enormes em relação ao património, em relação à posse, em relação aos direitos que os próprios proprietários têm, e também à reorganização urbana dessas zonas que são uma mancha na cidade.-----

----- Isto é uma oportunidade de levar os proprietários, os atuais proprietários, muitas delas, que são descendentes, descentes dos proprietários, a terem uma hipótese de legalizarem as suas habitações, poderem eventualmente vendê-las, poderem exercer os direitos que cabe a quem é proprietário de um qualquer imóvel. E a alterações que são produzidas, visam essencialmente, dois aspetos; um dos aspetos, prolongar o prazo de desconto global de 75%, 50 %, ou 25%, de acordo com os anos em que se apresenta a proposta, em que se apresenta a documentação, o projeto, para legalização das habitações, e como sabemos, esta apresentação é complicada na medida em que obriga a muitas burocracias nomeadamente em relação à Conservatória do Registo Predial, que demora bastante tempo, e aquilo que se pede em que ao invés de um ano, que se some um ano a cada uma das etapas, ou seja, era um ano para se ter 75%, passam a ser dois anos, eram dois anos para se ter 50%, passam a ser três, eram três anos para se ter 25%, passam a ser quatro. Esta é uma medida que penso que ajudará os proprietários a poderem resolver os seus problemas de forma mais eficaz. -----

----- Um outro aspeto, tem a ver com a TRIU. Como sabem a TRIU é uma taxa em que é obrigatório o pagamento e tem a ver com a cedência por força daquilo que são a ocupação desses edifícios, nomeadamente em espaços verdes, equipamentos e outras questões, que normalmente é obrigatório que o construtor, o proprietário ter que ceder à Câmara, e essas cedências têm uma bonificação de 90%. Não teria sempre 90%. Entendeu-se que como as alças têm, relativamente umas às outras, áreas cedências muito parecidas em termos percentuais, embora os valores sejam substancialmente

DRAFT

diferentes, na medida em que são áreas diferentes, o tamanho de cada um dos bairros é diferente um do outro, mas as áreas cedências são parecidas, portanto, o benefício é equitativo, e por isso entendemos que essa percentagem ser abrangente para todos os bairros tem lógica e é razoável. -----

----- Foi por isso que a 3ª Comissão, na análise desta proposta entendeu que são razoáveis estas alterações e recomenda a sua votação favorável.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Embora não seja da minha competência, deixar só a ressalva que nos congratulamos com a aprovação destas alterações. Tem sido um processo muito participado, quer da parte da habitação, em termos de acompanhamento do Gabinete de Apoio aos bairros de intervenção prioritária, quer por partes dos Senhores e das Senhoras Presidentes de Juntas de Freguesia envolvidas, quer da população, e das Comissões conjuntas da gestão das Augias, merece que este comentário seja feito pelo trabalho incansável por parte da equipa do Senhor Vereador Manuel Salgado e por parte dos serviços. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente**, referiu: -----

----- “Não vejo mais pedidos de palavra. Vamos pôr à votação a **Proposta 407/CM/2014**. Não há votos contra, não há votos abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, MPT e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Senhores Deputados, alguns avisos que eu vos queria fazer. Em primeiro lugar, há o compromisso de uma reunião da 1ª Comissão no fim dos nossos trabalhos de hoje no Plenário, com o Senhor Vice-Presidente para esclarecer umas matérias relacionadas com a 1ª Comissão. Peço aos Senhores Deputados da 1ª Comissão para se dirigirem ao quarto andar para esta reunião. -----

----- Para a semana temos sessão extraordinária com declarações políticas. Como nós temos ainda algumas matérias, mas poucas, que estão pendentes de pareceres de comissões, se elas estiverem prontas irei agendá-las para depois das declarações políticas para dar andamento a propostas que estejam prontas e em condições de serem aprovadas no sentido de mantermos o nosso trabalho tão em dia quanto possível em relação aquilo que a Câmara nos tem solicitado. -----

----- São estes os avisos que tenho a dar. -----

----- Muito obrigada, e uma boa tarde a todos.” -----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e quinze minutos. -----

----- Eu _____, técnica superior, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----

Índice de anexos

Anexo I – Moção n.º 1/42, apresentada pelo PCP – “Privatização da EGF: Um atentado ao interesse público”;

Anexo II – Moção n.º 2/42, apresentada pelo PCP - “Contra a Proposta da Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde – Um novo passo na injustiça fiscal”;

Anexo III – Moção n.º 3/42, apresentada pelo BE – “Sobre a privatização e concessão da gestão da recolha e tratamento de resíduos”;

Anexo IV – Recomendação n.º 1/42, apresentada pelo MPT – “Pela Salvaguarda e Reestruturação do Parque Recreativo do Alvito”;

Anexo V – Recomendação n.º 2/42, apresentada pelo PEV – “Salário Mínimo Nacional”;

Anexo VI – Recomendação n.º 3/42, apresentada pelo PEV – “Educação para a Sustentabilidade e Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável”;

Anexo VII – Proposta n.º 330/CM/2014;

Anexo VIII – Parecer da 6ª Comissão sobre a Proposta n.º 330/CM/2014;

Anexo IX – Proposta n.º 162-A/CM/2014;

Anexo X – Parecer da 7ª Comissão sobre a Proposta n.º 162-A/CM/2014;

Anexo XI – Proposta n.º 441/CM/2014;

Anexo XII – Parecer da 5ª Comissão sobre a Proposta n.º 441/CM/2014;

Anexo XIII – Proposta n.º 487/CM/2014;

Anexo XIV – Proposta nº 488/CM/2014;

Anexo XV – Proposta nº 489/CM/2014;

Anexo XVI – Proposta nº 490/CM/2014;

Anexo XVII – Proposta nº 508/CM/2014;

Anexo XVIII – Proposta nº 362/CM/2014;

Anexo XIX – Parecer da 1ª Comissão sobre a Proposta nº 362/CM/2014;

Anexo XX – Proposta nº 358/CM/2014;

Anexo XXI – Parecer Conjunto da 1ª Comissão sobre as Propostas 358/CM/2014, 419/CM/2014, 420/CM/2014, 421/CM/2014 e 422/CM/2014;

Anexo XXII – Proposta nº 419/CM/2014;

Anexo XXIII – Proposta nº 420/CM/2014;

Anexo XXIV – Proposta nº 421/CM/2014;

Anexo XXV – Proposta nº 422/CM/2014;

Anexo XXVI – Proposta nº 407/CM/2014;

Anexo XXVII – Parecer da 3ª Comissão sobre a Proposta nº 407/CM/2014.